



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



DECLARAÇÃO E ESCLARECIMENTOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 71/2026/SRP

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº.: 940/2026.

OBJETO: Futura e eventual contratação de empresa especializada para fornecimento, instalação, configuração, testes, comissionamento e manutenção preventiva de sistema de monitoramento eletrônico integrado, e assim atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS

DECLARAMOS E ESCLARECEMOS QUE,

Todas as bases de preço, orçamento, valores prévios e cálculos de média e Termo de Referência são de inteira responsabilidade do setor que os efetuou, não cabendo assim qualquer responsabilidade desse Setor de Licitações, bem como do Pregoeiro abaixo mencionado.

Todas as Cotações de Preços, Orçamentos, Valores Prévios e Cálculos de Média são de inteira responsabilidade do setor que os efetuou (conforme **00436/26**) não cabendo assim qualquer responsabilidade ao Pregoeiro e sua equipe de apoio, com relação aos mesmos.

A divisão/separação dos lotes da mesma forma, foi efetuada pelo setor de compras da **Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS** não cabendo assim qualquer responsabilidade ao Pregoeiro e sua equipe de apoio, com relação aos mesmos.

O Tipo da Licitação (MENOR PREÇO TOTAL POR ITEM) foi definido pela **Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS**, conforme se extrai do **Processo Administrativo nº 940/2026**.

Chupinguaia-RO, 16 de junho de 2026.

SINDOVAL GONÇALVES

Pregoeiro



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 71/2026/SRP
MODO DE DISPUTA ABERTO

A **Prefeitura de Chupinguaia**, através do seu Agente de Contratação, designado por força das disposições contidas no Decreto Municipal nº 23 de 06 de janeiro de 2025, torna público que se encontra instaurada a licitação, sob a modalidade de **Pregão Eletrônico** sob o nº **71/2026**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**. O procedimento licitatório obedecerá, integralmente, regido pela Lei Federal nº 14.133, de 01/04/21, Decreto Federal nº 8.538 de 06 de outubro de 2015, Decreto Federal nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, Decreto Municipal nº 2736 de 16 de janeiro de 2024 e demais legislações municipais pertinentes e Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações dada pela Lei Complementar 147, de 07 de Agosto de 2014 e alterações.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº.: 0940/2026.

OBJETO: Futura e eventual contratação de empresa especializada para fornecimento, instalação, configuração, testes, comissionamento e manutenção preventiva de sistema de monitoramento eletrônico integrado, e assim atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS.

DA SESSÃO

INÍCIO PARA CADASTRO DE PROPOSTAS: 08:00 horas do dia 18 de junho de 2026.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 09:00 horas do dia 06 de julho de 2026.

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.licitanet.com.br

LOCAL: O Pregão Eletrônico será realizado por meio do endereço eletrônico acima mencionado, através do Pregoeiro e equipe de apoio. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

EDITAL: O Instrumento Convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis para consulta e retirada no endereço eletrônico acima mencionado. Maiores informações e esclarecimentos sobre o certame serão prestados pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, ao Setor de Licitações, sito AVENIDA 27, 1133, CENTRO – CHUPINGUAIA – RO. Pregoeiro: SINDOVAL GONÇALVES. Fone/Fax: (69) 3346-1460 e cplmochupinguaia@hotmail.com.

DA RETIRADA: O Instrumento Convocatório e seus anexos poderão ser retirados, até a hora marcada para a abertura da sessão no endereço eletrônico acima mencionado.

Chupinguaia – RO, 16 de junho de 2026



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 71/2026/SRP.

C
P
L
M
O

AVISO

Recomendamos aos licitantes a leitura atenta às condições/exigências expressas neste edital e seus anexos, notadamente quanto ao credenciamento, objetivando uma perfeita participação no certame licitatório.

Dúvidas: (69) 3346-1460.



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 71/2026/SRP.

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS Nº 940/2026.

1 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. PREÂMBULO:

A **Prefeitura de Chupinguaia**, através do seu Pregoeiro, designado por força das disposições contidas no Decreto Municipal nº 23 de 06 de janeiro de 2025, torna público que se encontra instaurada a licitação, sob a modalidade de **Pregão Eletrônico sob o nº 71/2026**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**. O procedimento licitatório obedecerá, integralmente, regido pela Lei Federal nº 14.133, de 01/04/21, Decreto Federal nº 8.538 de 06 de outubro de 2015, Decreto Federal nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, Decreto Municipal nº 2736 de 16 de janeiro de 2024 e demais legislações municipais pertinentes e Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações dada pela Lei Complementar 147, de 07 de Agosto de 2014 e alterações.

1.1.1. Sempre será admitido que o presente Edital de Licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, foi cuidadosamente examinado pelas LICITANTES, sendo assim, não se isentarão do fiel cumprimento dos dispostos neste edital e seus anexos, devido à omissão ou negligência oriunda do desconhecimento ou falsa interpretação de quaisquer de seus itens;

1.1.2. O instrumento convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis, para conhecimento e retirada, no endereço eletrônico; www.licitanet.com.br;

1.1.3. A sessão inaugural deste PREGÃO ELETRÔNICO dar-se-á por meio do sistema eletrônico, na data e horário, conforme abaixo:

DA SESSÃO

INÍCIO PARA CADASTRO DE PROPOSTAS: 08:00 horas do dia 18 de junho de 2026.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 09:00 horas do dia 06 de julho de 2026.

LOCAL: www.licitanet.com.br "Acesso Identificado no link – licitações públicas". Para todas as referências de tempo **será observado o horário de Brasília (DF)**.

1.1.3.1. Não havendo expediente, ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão pública será transferida para uma data posterior, mediante comunicação do Pregoeiro aos licitantes;

1.1.3.2. Os horários mencionados neste Edital de Licitação referem-se ao horário oficial de Brasília - DF.

1.2. DA FORMALIZAÇÃO E AUTORIZAÇÃO:

1.2.1. Esta Licitação encontra-se formalizada e autorizada através do Processo Administrativo Nº **940/2026**, e destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública e será processada e



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo de que lhe são correlatos.

2. DO OBJETO: Futura e eventual contratação de empresa especializada para fornecimento, instalação, configuração, testes, comissionamento e manutenção preventiva de sistema de monitoramento eletrônico integrado, e assim atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS

2.1. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no endereço eletrônico e as especificações constantes no **TERMO DE REFERÊNCIA** deste Edital, prevalecerão às últimas;

2.2. DO FORNECIMENTO E EXECUÇÃO: Conforme estabelecido no Anexo I – Termo de Referência, que foi aprovado e assinado pelo gestor da pasta, analisado e aprovado pela Auditoria/Controle Interno. (Art. 18, inciso II):

Conforme o estabelecido nos itens 07 e 08 do Termo de Referência – Anexo I do Edital.

2.3. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO (art. 84):

O prazo de vigência do contrato será realizado de acordo com as necessidades da demandante.

2.4. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. Os registros de preços no âmbito do Município de Chupinguaia, Estado de Rondônia encontram-se regulamentados pelo Decreto Municipal nº 2736 de 16 de janeiro de 2024.

2. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, fixado no art. 84, da Lei nº 14.133/21.

2.1 - No ato da prorrogação da vigência da ata de registro de preços, poderá haver a renovação dos quantitativos, até o limite do quantitativo original, ainda deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo, conforme enunciado CJF 42/2023.

3. Será permitido o aditamento dos quantitativos consignados na Ata de Registro de Preços em favor do órgão ou entidade beneficiário originalmente, porém limitado a 25%, calculados sobre o valor inicial atualizado do contrato, na forma do art. 125, da Lei nº 14.133/21, desde que obedecida as previsões legais do **DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023 e suas alterações.**

4. As aquisições ou as contratações adicionais de que trata este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e aos órgãos participantes.

4.1. O instrumento convocatório preverá que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro dos preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o Órgão gerenciador e aos Órgãos participantes, independentemente do número de Órgãos não participantes que aderirem.

2.5 - DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES (IN 6, DE 25 DE JULHO DE 2014 E ART. 27 DEC. 11.462/23).



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



a) Nas Atas de Registro de Preços, as quantidades previstas para os itens com preços registrados poderão ser remanejadas pelo órgão gerenciador entre os órgãos participantes e não participantes do procedimento licitatório para registro de preços, em conformidade com a IN. 06/2014 e no Decreto Nº 11.462, de 31 de março de 2023 e suas alterações, desde que obedecidas a prerrogativas legais dos Referidos Instrumentos Legais.

3 – ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS QUE TERÃO DE SER INCONDICIONALMENTE OBSERVADOS.

3.1. As dúvidas decorrentes da interpretação deste Edital e as informações adicionais que se fizerem necessárias à elaboração das propostas, deverão ser formuladas e anexadas no sistema www.licitanet.com.br, (devendo mencionar o número do pregão, o ano e o número do processo). Com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis, para os pedidos de esclarecimentos, e 03 (três) dias úteis, para os pedidos de impugnação, antes da data fixada para a sessão inaugural deste PREGÃO ELETRÔNICO, citada no Preâmbulo deste Edital.

3.2. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

3.3. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital a licitante que, tendo-os aceito sem objeção, venha, após a abertura das propostas, apontarem falhas ou irregularidades ou não o fizer no prazo estipulado.

3.4. As respostas às dúvidas formuladas, bem como as informações que se tornarem necessárias durante o período de elaboração das propostas, ou qualquer modificação introduzida no edital no mesmo período, serão encaminhadas em forma de **adendos modificadores ou notas de esclarecimentos**, enviado no site oficial da licitação www.licitanet.com.br.

3.3.1. **ADENDO MODIFICADOR** é o documento emitido pela Administração, contendo informações que impliquem em alteração na formulação das propostas, sendo neste caso, publicado Aviso de Prorrogação da Sessão de Abertura, com o prazo original, devidamente estabelecido no art. 55, § 1º da Lei Federal nº. 14.133/21 e art. 22, do Decreto Federal nº. 10.024/2019, a qual se aplica subsidiariamente a modalidade Pregão;

3.3.2. **NOTA DE ESCLARECIMENTO** é o documento emitido pela Administração, contendo informações que não causem alteração na formulação das propostas;

3.4. Os esclarecimentos de dúvidas a respeito de condições do edital e de outros assuntos relacionados a presente licitação, somente serão aceitos os que forem formulados no sistema, como serão divulgados através de publicação de Adendo Modificador ou Nota de Esclarecimento no site oficial da licitação www.licitanet.com.br. Como também as solicitações de impugnações.

4 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. A participar nesta modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, implica a aceitação, plena e irrevogável das normas constantes no presente Edital e dos seus anexos;

4.2. Como requisito para participação no PREGÃO ELETRÔNICO, o licitante deverá manifestar no Anexo II - Descrição Detalhada do Objeto, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta de preços está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



4.2.1. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital e nas demais cominações legais.

4.3. Poderão participar desta modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, legalmente constituídas que atenderem a todas as exigências deste Edital, inclusive quanto a documentação, conforme LC 123/06 e alterações dada pela LC 147/14.

4.4. Poderão participar desta Licitação, somente empresas que estiverem regularmente estabelecidas no País, cuja finalidade e ramo de atividade seja compatível com o objeto desta Licitação;

4.5. Não poderão participar desta modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, empresas que estejam enquadradas nos seguintes casos:

4.5.1. Que se encontrem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

4.5.2. Que, em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

4.5.3. Que estejam constituídas sob a forma de Consórcio;

4.5.4. Que, por quaisquer motivos, tenham sido declaradas inidôneas ou punidas com suspensão por órgão da Administração Pública Direta ou Indireta, na esfera Federal, Estadual ou Municipal, desde que o Ato tenha sido publicado na imprensa oficial, pelo órgão que a praticou, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição;

4.5.5. Estrangeiras que não funcionem no País;

4.5.6. Que tenham sido consideradas inidôneas por quaisquer órgãos governamentais, autárquicos, funcionais ou de economia mista;

4.6. A participação nesta Licitação, importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recurso. A não observância destas condições ensejará na sumária desclassificação da proponente.

5 – DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO.

5.1. As empresas licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da Sessão Pública via internet;

5.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site www.licitanet.com.br;

5.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal, única e exclusiva do licitante ou de seu representante legal, e na presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes em qualquer PREGÃO na forma ELETRÔNICA;

5.3.1. Apresentar juntamente com o exigido **no item 11.8** deste Edital, a procuração e a cédula de identidade do representante legal credenciado para o acesso ao sistema Eletrônico no site www.licitanet.com.br;

5.3.2. Se a empresa se fizer representar por procurador, faz-se necessário o credenciamento, através da apresentação da cópia de sua cédula de identidade e de outorga por instrumento público ou particular, com menção expressa de que lhe confere amplos poderes para prática dos atos pertinentes ao certame. Se a outorga se der por instrumento particular **(com firma**



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



reconhecida em Cartório), esta deve vir acompanhada de cópia do ato de constituição da empresa ou do ato de investidura na direção da empresa;

5.3.3. Fazendo-se representar a licitante pelo seu sócio-gerente, diretor ou proprietário, este deverá apresentar cópia de sua cédula de identidade e cópia do ato de constituição da empresa ou ato de investidura que habilitem como representante, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

5.3.4. Apresentar juntamente com o item 5.3.1, Contrato Social, em vigor, registrado na Junta Comercial, para comprovação do ramo de atividade, onde seja compatível com o objeto desta Licitação;

5.3.4.1. Registro Comercial, no caso de empresa individual;

5.3.4.2. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

5.3.4.3. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

5.4. Os documentos para credenciamento, exigidos no item 5.3 e seus subitens, deverão ser apresentados com cópia autenticada em cartório competente;

5.5. O comparecimento ao site do representante legal da LICITANTE é imprescindível em todas as sessões pertinentes a este certame licitatório;

5.6. A ausência do representante legal da licitante nos horários e datas marcadas no CHAT MENSAGENS, implicará na aceitação por parte do representante legal ausente, de todas e quaisquer decisão tomada pelo Pregoeiro e aceitas pelas licitantes presentes;

5.7. As microempresas ou as empresas de pequeno porte deverão manifestar em campo próprio do Sistema Eletrônico o estabelecido na Lei Complementar nº. 123/06;

5.7.1. A não declaração do item 5.7, implicará no IMPEDIMENTO DA LICITANTE EM BENEFICIAR-SE DA Lei Complementar nº. 123/06;

5.7.2. A declaração falsa dos requisitos de credenciamento sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital e nas demais cominações legais do certame.

5.8. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao Setor de Licitações, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

5.9. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

6 – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema www.licitanet.com.br, concomitantemente com os documentos de HABILITAÇÃO exigidos no edital, proposta com a “DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO OFERTADO”, incluindo QUANTIDADE, PREÇO e a MARCA (CONFORME SOLICITA O SISTEMA), até o horário limite, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a etapa de envio dessa documentação;



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



6.2. As propostas cadastradas no Sistema **NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE**, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas.

6.2.1. Em caso de identificação da licitante na proposta cadastrada, esta será **DESCCLASSIFICADA** pelo pregoeiro;

6.3. A Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta de preços e lances inseridos em sessão pública;

6.4. O licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no PORTAL e as especificações constantes do ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA), prevalecerão às últimas;

6.5. Na Proposta de Preços inserida no sistema deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, como despesas com mão-de-obra, materiais, equipamentos, impostos, taxas, fretes, descontos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação;

6.6. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha;

6.7. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006;

6.8. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

6.9. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta;

6.10. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances;

6.11. O Licitante será inteiramente responsável por todas as transações assumidas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como verdadeiras e firmes suas propostas e subsequentes lances, bem como acompanhar as operações no sistema durante a sessão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.12. Nas Propostas de Preços REGISTRADAS no Sistema Eletrônico, deverão ser observadas as seguintes condições:

6.12.1. Preço total de cada item, de acordo com o preço praticado no mercado, conforme estabelece o inciso II, do art. 12, da Lei Federal nº 14.133/21, expresso em moeda corrente nacional (R\$), com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no **Anexo II – Descrição Detalhada do Objeto** do presente edital;

6.12.2. No preço ofertado deverão estar inclusos todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com mão-de-obra, materiais, equipamentos, impostos, ICMS, taxas, fretes,



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



descontos, e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação;

6.13. A proposta de preços registrada implicará em plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

6.14. O Pregoeiro verificará as propostas de preços registrados no endereço eletrônico, antes da abertura da fase de lance, desclassificando, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.

7 – DA SESSÃO PÚBLICA

7.1. A partir das **09:00 horas (HORÁRIO DE BRASÍLIA) do dia 06 de julho de 2026**, e em conformidade com o estabelecido neste Edital, terá início a Sessão Pública do presente PREGÃO ELETRÔNICO, com a divulgação das propostas de preços, recebidas em conformidade com o item 6.8 e seus subitens, e que deverão estar em perfeita consonância com as especificações detalhadas no presente Edital e seus Anexos.

7.2. Em seguida, ocorrerá o início da etapa de lances, via internet, única e exclusivamente, no site www.licitanet.com.br, conforme estabelecido no Sistema Eletrônico.

7.3. O pregoeiro poderá suspender a sessão para visualizar e analisar, preliminarmente, a proposta ofertada que se encontra inserida no campo “DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO” do sistema, confrontando suas características com as exigências do Edital e seus anexos (**podendo, ainda, ser analisado pelo órgão requerente**), DESCLASSIFICANDO, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.

7.4. As licitantes deverão manter a impessoalidade, não se identificando, sob pena de serem **desclassificadas** do certame pelo pregoeiro.

7.5. Os lances serão realizados em conformidade com o Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 no modo de disputa **ABERTO ou ABERTO e FECHADO**, conforme definidos nos Artigos 31, 32 e 33 e cadastrado no sistema da Plataforma LICITANET.

7.5.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de **10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos **02 (dois)** minutos do período de duração da sessão pública.

7.5.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de **02 (dois)** minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.5.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.5.4 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.6. Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



ANEXO – TERMO DE REFERÊNCIA. Caso seja encerrada a fase de lances, e a licitante divergir com o exigido, o pregoeiro, poderá convocar no CHAT MENSAGEM para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os PARA MENOS automaticamente caso a licitante permaneça inerte.

7.7. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o Sistema Eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances;

7.8. O pregoeiro, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados;

7.9. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação no site www.licitanet.com.br.

7.10. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão;

7.11. A desistência em apresentar lance implicará exclusão da licitante na etapa de lances e na manutenção do último preço por ela apresentado, para efeito de ordenação das propostas de preços;

7.12. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de até 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.13. Após encerrada a fase de lances, as Microempresas – ME ou Empresas de Pequeno Porte – EPP, as quais declararão, em campo próprio do sistema, ao inserir suas propostas de preços serão convocadas através do próprio sistema, conforme Lei Complementar nº 123/06.

8 - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA:

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26, do Decreto 10.024/2019, e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital, observado o disposto no Capítulo X do Decreto 10.024/2019;

8.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível;

8.3. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.6. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.7. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante via chat no sistema, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro;

8.8. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta;

8.9. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação;

8.10. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade;

8.11. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital;

8.12. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor;

8.13. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes;

8.14. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso;

8.15. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

09 - DA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao seguinte cadastro:

9.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

9.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;

9.1.3. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;

9.1.4. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;

9.1.5. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação;

9.1.6. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente;

9.1.7. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação;

9.1.8. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não – digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital;

9.1.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos;

9.1.12. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

9.1.13. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes à Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização.



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



10 – DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

10.1. O critério de julgamento das propostas será de MENOR PREÇO POR LOTE, e o tipo da licitação será o de MENOR PREÇO devendo o Pregoeiro, realizá-lo em conformidade com o tipo da licitação e os critérios previamente estabelecidos no instrumento convocatório, e em sessão ou reunião do Pregoeiro e Equipe de Apoio, que poderá, a seu critério, solicitar auxílio e assessoria de pessoal qualificado do quadro de servidores do município ou externos a ele;

10.1.1. O julgamento da proposta de preços no site dar-se-á pelo critério de **MENOR PREÇO POR LOTE** observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no Edital;

10.1.2. Será admitido apenas 01 (um) licitante vencedor para o item.

10.2. Será efetuada a verificação da conformidade de cada proposta com os requisitos do instrumento convocatório e com os preços correntes no mercado, os quais deverão ser devidamente registrados na ata de julgamento, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis;

10.3. O resultado do julgamento estará a disposição dos interessados, bem como os pareceres, relatórios e atos registrados no processo licitatório. Os autos do processo poderão ser examinados pelos que demonstrarem o desejo de fazê-lo;

10.4. É facultada ao Pregoeiro, em qualquer fase da licitação, proceder à promoção de diligência ou verificações, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo;

10.5. Não será motivo de desclassificação, simples omissão que seja irrelevante para o entendimento da proposta de preços que não venham causar prejuízo para a Administração Pública, e nem firam os direitos dos licitantes.

11 – DA PROPOSTA DE PREÇOS APRESENTADA PELA(S) LICITANTE(S) DE MENOR(ES) LANCES

11.1. O licitante deverá anexar no sistema de licitação www.licitanet.com.br. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de até 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá.

11.1.1. A licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos. E, em caso de discordância existente entre as especificações do objeto prevalecerão as descritas no ANEXO II (modelo de carta proposta); Podendo assinar e enviar a PROPOSTA FINAL DO SISTEMA.

11.1.2. Os licitantes que enviarem os documentos de habilitação no www.licitanet.com.br com autenticação online e assinatura digital não será necessário o envio pelos correios.

11.2.1. Os licitantes que não apresentarem nos termos do item anterior deverá quando solicitado pelo pregoeiro enviar documentos originais e/ou cópia autenticada em cartório da documentação exigida para habilitação, bem como do detalhamento da proposta de preços, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de convocação feita pelo pregoeiro via chat de mensagem, com tolerância de 01 (um) dia por motivos fortuitos, sob pena desclassificação da empresa. Para o endereço sito a Prefeitura de Chupinguaia – Setor de Licitação (CPLMO); situado na Avenida Valter Luiz Filus, 1133, Centro – Chupinguaia – RO, Fone (69) 3346-1460, A/C Pregoeiro ou Equipe de Apoio;



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



11.2.2. Em todas as folhas, o carimbo padronizado do CNPJ, excetuando-se as folhas timbradas que já tenham impressa essas informações, preferencialmente com índice indicando o número de páginas e respectivo conteúdo, todas as folhas seqüencialmente numeradas;

11.3. Os dados do Representante Legal, preferencialmente, conforme modelo apresentado no **ANEXO IV** deste Edital.

11.4. As propostas de preços deverão conter sob pena de desclassificação:

11.4.1. Indicação da exigência dos itens 2.2.

11.4.2. As propostas devem conter as especificações do objeto de forma clara, descrevendo detalhadamente as características técnicas dos materiais ofertados, constando os quantitativos e valores unitários e totais, bem como a marca e modelo, conforme modelo contido no **ANEXO II** deste Edital;

11.4.2.1 - A não informações como **marca e modelo** e outros elementos que identifiquem e constatem as configurações cotadas, **será motivo de desclassificação.**

11.4.3. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de abertura deste Pregão;

11.4.4. Preço unitário e total, de acordo com o preço praticado no mercado (valor fixo, irrevogável, de acordo com a legislação em vigor), expresso em moeda corrente nacional (R\$), com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no **Anexo II – Descrição Detalhada do Objeto** do presente edital;

11.4.5. No preço ofertado deverão estar inclusos todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com mão-de-obra, materiais, equipamentos, impostos, taxas, fretes, descontos, e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação;

11.4.6. O licitante deverá incluir no preço do serviço ofertado, a alíquota do imposto intitulado ICMS, considerando para todos os efeitos fiscais, a Prefeitura de Chupinguaia, na condição de comprador final.

11.5. Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender no todo, ou em parte, as disposições deste instrumento convocatório;

11.6. Serão considerados inadequados, desta forma desclassificados, preços simbólicos, irrisórios, de valor zero ou incompatíveis (excessivos) com os praticados no mercado e com distorções significativas;

11.7. A proposta de preços enviada implicará em plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos;

11.8. A proposta de preços, contendo as exigências do item 11 e seus subitens deste edital, atualizada com o último lance, deverá ser enviada no prazo máximo de até 02 (duas) horas, sob pena de desclassificação, via upload no portal da licitação www.licitanet.com.br.

11.9 Não serão considerados propostas que deixarem de atender as disposições deste instrumento convocatório.

11.10 As propostas de preços apresentados fora da data e horário previsto no subitem 11.9, ou aquele estabelecido no CHAT MENSAGENS, deste instrumento convocatório, não serão recebidos.



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



11.11. O envio da proposta de preços vinculará o seu autor ao cumprimento de todas as condições e obrigações com inerentes ao certame.

12 – DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

12.1. A(s) licitante(s) declarada(s) como vencedora(s) do menor lance devesse enviar no prazo de até 02 (duas) horas, (sob pena de inabilitação), via upload no portal da licitação www.licitanet.com.br a documentação de habilitação, a seguir elencada, juntamente com os exigidos no item 11 e seus subitens. Podendo assinar e enviar a PROPOSTA FINAL DO SISTEMA.

12.1.1 - Os documentos de habilitação deverão ser enviados obrigatoriamente no formato em PDF.

12.2. A(s) licitante(s) deverá (ão), apresentar sob pena de inabilitação, os seguintes documentos abaixo mencionados.

12.3. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL:

- a) Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta Negativa da Dívida Ativa da União e Receita Federal);
- b) Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda Estadual;
- c) Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda Municipal;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT); endereço eletrônico: www.tst.jus.br/certidao

12.3.1. As certidões que não indicarem prazo de validade, só serão aceitas pelo Pregoeiro, se emitidas nos últimos 60 (sessenta) dias corridos, e ainda, a validade das certidões emitidas pela INTERNET, fica condicionada à confirmação no endereço eletrônico específico;

12.3.2. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do Contrato, em conformidade com o disposto no art.42 da Lei Complementar nº. 123/2006;

12.3.2.1. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (LC 123/06, art.43, alterada pela LC 147/14);

12.3.2.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério do Setor de Licitações, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

12.3.2.3. A não regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º deste artigo, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº. 14.133, de 01 de abril de 2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação”.



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



Observação:

A Lei Complementar nº. 123 de 14/12/2006, que instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte estabeleceu a definição de Microempresa e de Empresa de Pequeno Porte, a saber: 11

“Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples e o empresário a que se refere o [art. 966 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002](#), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

I – no caso das microempresas, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais);

II – no caso das empresas de pequeno porte, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e Oitocentos mil reais). (...)

§ 4º Não se inclui no regime diferenciado e favorecido previsto nesta Lei Complementar, para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica:

I – de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

II – que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

III – de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;

IV – cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;

V – cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;

VI – constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

VII – que participe do capital de outra pessoa jurídica;

VIII – que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

IX – resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
12 X – constituída sob a forma de sociedade por ações.”



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



12.3.2.4 O licitante deverá anexar no sistema de licitação, os documentos de habilitação e proposta final até o horário limite para o encerramento do envio.

OBS.: Se a documentação de habilitação e proposta não estiver completa e correta, ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus anexos, ou ainda não cumprir os prazos estabelecidos neste subitem, poderá o Pregoeiro considerar o proponente INABILITADO, sem prévio aviso.

12.3.2.5 A documentação de habilitação enviada terá efeito para todos os itens, os quais a empresa encontra-se participando, e foi devidamente convocada.

12.3.3. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante via chat no sistema, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro;

12.3.4. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta

12.4. RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Declaração de Inexistência de Fato Superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art. 64, § 2º, da Lei 14.133/21 **(Anexo V)**;
- b) Declaração de que não possuiu em seu quadro de pessoal, empregado(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, em qualquer trabalho, menor(es) de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do artigo 1º, do Decreto Federal nº 4.358, de 2002 **(Anexo VI)**;
- c) Contrato Social ou outro instrumento equivalente, em vigor; para comprovar o ramo de atividade da referida empresa, a qual deverá ser compatível com o objeto desta licitação; **(autenticada em Cartório ou cópia acompanhada com original para autenticação pela equipe de apoio)**, e,
 - 01 – Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br, ou;
 - 02 – No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede.

12.5. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) **Certidão (ões) Negativa (a) de Recuperação Judicial – Lei nº 11.101/05 (falência e concordatas) expedida(s) pelo(s) distribuidor (es) de sua sede**, se o licitante não for sediado no Estado de Rondônia, a(s) certidão(ões) deverá(o) vir acompanhada(s) de



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



declaração da autoridade judiciária competente, relacionado o(s) distribuidor(es) que, na Comarca de sua sede, tenha(m) atribuição para expedir certidões negativas de recuperação judicial – Lei nº 11.101/05 (falência e concordatas). As certidões que não tiver vigência, será consideradas aquelas emitidas nos últimos 30 (trinta) dias.

13 – DA CORREÇÃO ADMISSÍVEL

13.1. Nos casos em que o Pregoeiro constatar a existência de erros numéricos nas propostas de preços, sendo estes não significativos, proceder-se-á as correções necessárias para a apuração do preço final da proposta, obedecendo as seguintes disposições:

13.1.1. Havendo divergências entre o preço final registrado sob a forma numérica e o valor apresentado por extenso, prevalecerá este último;

13.1.2. Havendo divergências nos subtotais, provenientes dos produtos de quantitativos por preços unitários, o Pregoeiro procederá a correção dos subtotais, mantendo os preços unitários e alterando em consequência o valor da proposta.

14 – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

14.1. Constatado o atendimento das exigências fixadas neste edital, o Pregoeiro declara o licitante vencedor;

14.2. Caso a oferta não seja aceitável ou o licitante desatenda às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e os documentos de habilitação do proponente, na ordem de classificação NO SITE, até que um licitante atenda às condições fixadas neste edital, e seja declarado vencedor;

14.3. Aclamação do(s) Licitante(s) vencedor(es);

14.4. Registro das manifestações, em campo próprio no sistema, dos demais Licitantes quanto à intenção ou não de recorrer da decisão proferida pelo Pregoeiro, devidamente motivada, se houver manifestação positiva nesse sentido;

14.5. Adjudicação do objeto da licitação, caso não haja manifestação quanto à intenção de interpor recurso administrativo;

14.6. Registro na Ata da Sessão pelo Pregoeiro e publicação da referida no site;

14.7. Homologada a licitação pela autoridade superior, deverá ser procedida à convocação do adjudicatário para assinar o contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

15 – DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

15.1. Proclamado o resultado final da licitação, promoverá o Pregoeiro, a remessa dos autos à autoridade superior, para:

15.1.1. Confirmar o julgamento, determinando a homologação do objeto licitado ao proponente classificado em primeiro lugar;

15.1.2. Ordenar a retificação da classificação no todo ou em parte, se verificar irregularidade corrigível no julgamento;

15.1.3. Anular o julgamento, ou todo procedimento licitatório, se deparar com irregularidade insanável e prejudicial ao certame, em qualquer fase do Processo Licitatório;



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



15.1.4. Revogar a licitação, por motivo de conveniência ou oportunidade, desde que comprovado e ocorrido depois de instaurada a competição.

16 – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

16.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo **10 (dez) minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual (is) decisão (ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema;

16.2. A falta de manifestação imediata da licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao vencedor; Mas a empresa licitante deverá observar primariamente os seguintes requisitos:

16.2.1. Conforme previsto na Lei Federal nº 14.133/21, é imperativo que as empresas que optem por apresentar recursos durante o processo de licitação e justifiquem devidamente suas razões para tal medida.

16.2.2. A ausência de justificativa adequada ou a não apresentação do recurso solicitado pela empresa que manifestou a intenção de recorrer, pode ser interpretada como uma tentativa de frustrar o processo licitatório. Tal ato é passível de penalização, sujeitando a empresa a medidas punitivas que podem incluir a desqualificação da mesma do certame em questão, bem como outras sanções legais aplicáveis.

16.2.3. Portanto, reiteramos a importância de que todas as empresas envolvidas no processo licitatório cumpram rigorosamente com as disposições legais, incluindo a apresentação de justificativas claras e consistentes para quaisquer recursos interpostos.

16.2.4. Por conseguinte, instamos todas as partes interessadas a agirem com transparência e responsabilidade, garantindo a lisura e a integridade do processo licitatório em conformidade com a legislação vigente.

16.2.5. Salientamos que a não observância do prazo, e, não havendo envio das razões recursais, devidamente caracterizadas conforme justificada na intenção do recurso e falta de razoabilidade no recurso, pode acarretar em consequências para a empresa licitante, conforme Art. 156 da referida lei. Serão aplicadas infrações administrativas previstas nesta Lei, sendo:

I – Advertência;

II – Multa;

III – Impedimento de licitar e contratar;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com administração pública do Município de Chupinguaia – RO.

16.3. Os recursos apresentados fora do sistema somente serão aceitos e respondidos possivelmente em caráter pedagógico, não possuindo valor de recurso administrativo.



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



16.4. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade na intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso

16.5. O recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

16.6. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

16.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão acolhidos;

16.7. Na contagem dos prazos recursais excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento. Se este recair em dia não útil, o término do prazo ocorrerá no primeiro dia útil subsequente;

17 – DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

A sessão pública poderá ser reaberta:

17.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;

17.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006.

17.3. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances;

17.4. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta;

17.5. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”).

18 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

18.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão a conta dos seguintes Programas:

A presente despesa correrá por conta das seguintes dotações:

021000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
08.244.0040.2310.0000 - PISO FIXO PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - PSB; 08.244.0040.2316.0000 - PISO FIXO -PSE
3.3.90.39.05 - SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS
532; 546



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



19 – DO INSTRUMENTO CONTRATUAL.

19.1. A contratação será formalizada mediante a emissão e retirada do instrumento contratual;

19.2. Como condição para celebração do instrumento contratual, a Licitante Vencedora deverá manter as mesmas condições de habilitação;

19.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

a) A referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;

b) A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

c) A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 139 da mesma Lei.

19.4. Oficialmente convocada pela Administração, com vistas à celebração do Instrumento Contratual, é dado à adjudicatória o prazo de 05 (cinco) dias, contados da data da ciência ao chamamento, pelo Prefeitura de Chupinguaia, para no local indicado, firmar o instrumento de Contrato. A recusa injustificada da LICITANTE vencedora, em retirar o instrumento contratual dentro do prazo e condições estabelecidas, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida sujeitando-se às penalidades previstas no art. 90, § 5º da Lei Federal nº. 14.133/21.

19.5. É facultado à Administração, quando o convocado não retirar o Instrumento Contratual no prazo e condições estabelecidas, convocar as LICITANTES remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto ao preço, e assim sucessivamente, ou revogar a licitação;

19.5.1. Os LICITANTES remanescentes convocados na forma do subitem anterior se obrigam a atenderem a convocação e retirarem o Instrumento Contratual respectivo, no prazo fixado no item 18.3 deste edital, ressalvados os casos de vencimentos das respectivas propostas, sujeitando-se ao atendimento das condições de habilitação.

19.6. A Administração, a qualquer tempo, poderá promover a extinção antecipada do Termo Contratual:

a) Unilateralmente, desde que configure qualquer das hipóteses elencadas na Seção V, Art. 137, incisos I a IX, da Lei Federal nº. 14.133/21, com suas alterações;

b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a administração;

c) Judicial, nos termos da legislação.

20 – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

a) O pagamento será efetuado em parcela única, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pelo Contratado, à vista da fatura/nota fiscal por ele apresentada, devidamente certificada, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes, observada ainda a ordem cronológica de sua exigibilidade.



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



- b) O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias consecutivos, contados a partir da apresentação da fatura/nota fiscal.
- c) Deve acompanhar a fatura toda documentação necessária à comprovação de que o contratado mantém-se regular em todas as condições previstas para habilitação no certame.
- d) O pagamento somente será efetuado se houver o aceite/certificação do Fiscal do Contrato e Comissão de Recebimento na fatura/nota fiscal e a documentação da empresa estiver regular. Se a fatura/nota fiscal não for apresentada ou for apresentada em desacordo ao contratado, com irregularidades ou ainda se a documentação da empresa estiver irregular, o prazo para o pagamento será interrompido até que a Contratada providencie as medidas saneadoras necessárias a sua regularização formal, não implicando qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Chupinguaia.
- e) Saneadas a irregularidades, o prazo será contado do início a partir da data de protocolo da comunicação escrita da regularização das falhas e omissões pelo contratado.
- f) Considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data de emissão da ordem bancária.
- g) A nota fiscal ou nota fiscal-fatura deverá ser entregue na sede do Contratante, aos cuidados do responsável pela Secretaria contratante.
- h) O Contratante poderá sustar o pagamento de qualquer fatura, no todo ou em parte, nos casos de:
- I – Existência de qualquer débito para com o Contratante; e
 - II – Execução do objeto em desacordo com as condições contratadas.

21 – DO REAJUSTAMENTO E DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

Os preços serão fixos e irrevogáveis, no prazo de vigência do Instrumento Contratual de até 01 (um) ano, de acordo com a Lei Federal nº. 10.192/2001, podendo ser reajustado, após o referido período, mediante regulamentação do Poder Executivo Federal aplicável a matéria;

22 - AS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

22.1 Uma vez firmada a contratação, este município se obriga a:

Conforme o estabelecido no Item 13 do Termo de Referência – Anexo I do Edital.

23. DAS OBRIGAÇÕES DO LICITANTE VENCEDOR

23.1 Uma vez notificada de que este Município efetivará a contratação, o licitante vencedor deverá comparecer nos 05 (cinco) dias úteis seguintes à notificação, para retirar a nota de empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital. Recebida a Nota de Empenho, a empresa vencedora do certame obriga-se a:

Conforme o estabelecido no Item 12 do Termo de Referência – Anexo I do Edital.

23.2 Caso o licitante vencedor, regularmente notificado, não compareça para retirar a nota de empenho, a Administração poderá convocar o licitante classificado em segundo lugar para, se quiser, apresentar a proposta pelo preço por ele cotado.

24 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

24.1. Com fundamento nos artigos 155 e 156 da Lei Federal nº. 14.133/21, a **CONTRATADA** Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas no instrumento contratual, salvo se ensejada por motivo de força maior ou caso fortuito, a **CONTRATANTE** poderá, garantir a prévia defesa, aplicar à futura **CONTRATADA**, as seguintes penalidades:



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



24.1.1. Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a **CONTRATANTE** pelo prazo de até 02 (dois) anos;

24.1.2. Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, do valor do contrato, limitada a 10% (dez por cento), devendo essa importância ser deduzida do valor a ser pago pela **CONTRATANTE**;

24.1.3. Advertência;

24.1.4. As sanções: “advertência ou suspensão” poderão ser aplicadas juntamente com o subitem 23.1.2, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

24.2. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

25 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1. A LICITANTE deverá assumir todos os custos de elaboração da proposta, não sendo a Administração Pública, em qualquer hipótese, responsável pelos mesmos, independente do resultado da licitação;

25.2. A Administração, a qualquer tempo, antes da data da sessão inaugural, poderá proceder às alterações concernentes a esta licitação, por sua iniciativa, fornecendo o correspondente adendo a todas as interessadas que tenham adquirido o instrumento convocatório, sendo-lhes facultado, em sendo o caso, adiar a data do recebimento das documentações e propostas;

25.3. As omissões porventura existentes neste instrumento convocatório, serão sanadas pelo Pregoeiro, do Setor de Licitações, observadas as disposições legais e regulamentares pertinentes, bem como diretrizes expedidas pelos órgãos que se constituírem fontes de recursos financiadores;

25.4. A critério da Administração Pública esta licitação poderá:

25.4.1. **Ser anulada** se houver ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado; ou

25.4.2. **Ser revogada**, a juízo da Administração, ser for considerada inoportuna ou inconveniente ao interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta; ou



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



25.4.3. Ter a data de abertura transferidos, por conveniência exclusiva da administração.

25.5. Será observado, ainda, quanto ao procedimento desta licitação, o seguinte:

25.5.1. A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único, do art. 71, Inciso III da Lei 14.133/21;

25.5.2. A nulidade do procedimento licitatório induz à do empenho, ressalvado o disposto na condição anterior; e;

25.5.3. No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

25.6. O presente Edital e seus anexos, bem como a proposta da proponente vencedora, farão parte integrante do contrato como se nele estivesse transcrito, ressalvado o valor proposto, por quanto prevalecerá o ofertado em lance verbal ou negociado;

25.7. É facultada ao Pregoeiro, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo;

25.8. As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação;

25.9. As normas que disciplinam este PREGÃO ELETRÔNICO serão sempre interpretadas em favor da ampliação, da disputa entre interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato;

25.10. A declaração e a adjudicação da licitante vencedora desta licitação não implicará direito à contratação ou a obrigatoriedade de ser adquirido o objeto;

25.11. Para efeito de contratação, aquisição e pagamento prevalecerá, o menor preço escrito, todos devidamente registrados em Ata;

25.12. Havendo conflito de interpretação entre as exigências contidas no Edital e em seus Anexos, prevalecerá pela ordem do Edital, e em seguida o Termo de Referência, a Minuta do Contrato e por último os demais Anexos;

25.12.1. Em divergência em relação ao quantitativo, prevalecerá o contido no ANEXO III (CARTA PROPOSTA).

25.13. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

25.14. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereços eletrônicos www.licitanet.com.br e www.chupinguaia.ro.gov.br

25.15. Quaisquer informações complementares sobre o presente Edital e seus Anexos poderão ser obtidas pelo telefone (69) 3346-1460;

25.16. O resultado desta licitação será publicado no endereço eletrônico: www.licitanet.com.br;

26 - ANEXOS

26.1. Fazem parte deste instrumento convocatório, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

ANEXO I – Termo de Referência;



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



01 – Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar e/ou Documento de Oficialização da Demanda.

- ANEXO II** Descrição Detalhada do Objeto
ANEXO III Carta Proposta de Preços (modelo).
ANEXO IV Dados do Representante Legal (modelo).
ANEXO V Declaração de Inexistência de Fatos Supervenientes (modelo).
ANEXO VI Declaração de cumprimento às normas relativas ao Trabalho do Menor.
ANEXO VII Declaração de Vinculo (modelo).
ANEXO VIII Declaração de ciência e compromisso – Art. 59-A do ECA.
ANEXO IX Minuta do Contrato.

27 – DO FORO

27.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Vilhena/RO, para dirimir quaisquer dúvidas referentes a Licitação e procedimentos dela resultantes, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Chupinguaia – RO, 15 de junho de 2026

SINDOVAL GONÇALVES
Pregoeiro



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a futura e eventual contratação, mediante Sistema de Registro de Preços, por meio de Pregão Eletrônico, de empresa especializada para fornecimento, instalação, configuração, testes, comissionamento e manutenção preventiva de sistema de monitoramento eletrônico integrado, contemplando:

- a) sistema de circuito fechado de televisão (CFTV) com câmeras para uso interno e externo, em alta resolução, gravador digital em rede (NVR), armazenamento local de imagens, monitor dedicado e infraestrutura lógica e elétrica necessária;
- b) sistema de alarme inteligente com central, sensores de abertura, sensores de presença e dispositivos de alerta sonoro;
- c) sistema de cerca elétrica perimetral com 4 fios, incluindo central eletrificadora, hastes, isoladores, fios, aterramento e sinalização de advertência;

1.2. O objeto abrange o fornecimento de todos os materiais, equipamentos, acessórios, mão de obra técnica especializada e serviços correlatos necessários ao perfeito funcionamento dos sistemas, em regime de empreitada por preço unitário, para as seguintes unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Assistência Social SEMAS:

- a) Centro do Idoso;
- b) Casa de Acolhimento;
- c) CRAS alugado (unidade atual);
- d) Prédio novo do CRAS (em reforma);
- e) Mini Academia vinculada à SEMAS.

1.3. A contratação observará a Lei nº 14.133/2021 e legislação correlata, bem como o disposto no Estudo Técnico Preliminar ETP nº 01/2026 e no Documento de Formalização da Demanda DFD, que integram este Termo de Referência.

1.4. A utilização de Sistema de Registro de Preços visa possibilitar a contratação conforme necessidade e disponibilidade orçamentária, sem obrigatoriedade de aquisição integral das quantidades estimadas.

1.5. A finalidade pública da contratação é reforçar a segurança física e patrimonial das unidades da assistência social, assegurar ambiente adequado ao atendimento de públicos vulneráveis e garantir a continuidade e a qualidade dos serviços socioassistenciais.

1.6. A licitação será processada na modalidade Pregão Eletrônico, com adoção do Sistema de Registro de Preços, e critério de julgamento de menor preço, na forma a ser detalhada no edital, podendo ser por item ou por lote, conforme justificativa técnica constante do Estudo Técnico Preliminar e do item 18 deste Termo de Referência.

2. PLANILHA QUALITATIVA E QUANTITATIVA DO OBJETO



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



2.1. A planilha abaixo apresenta a estimativa preliminar de quantitativos, a ser detalhada em planilha de custos e formação de preços. Os valores unitários e totais foram definidos com base na pesquisa de preços realizada pela Administração.

Item	Descrição técnica resumida (sem marca)	Und.	Qtde estimada	Valor unitário estimado (R\$)	Valor total estimado (R\$)
1	Sistema de CFTV completo para unidade de maior porte, com NVR compatível com, no mínimo, 16 canais, câmeras IP externas e internas em alta resolução, capacidade de gravação mínima de 30 dias, HD específico para CFTV, monitor dedicado para visualização, infraestrutura lógica e elétrica (cabearamento, eletrodutos, canaletas, conectores, fontes, mini rack travado), incluindo serviços de instalação, configuração, testes, comissionamento e treinamento básico de servidores indicados.	Serviço	2	49.467,60	98.935,20
2	Sistema de CFTV completo para unidade de menor porte, com NVR compatível com, no mínimo, 8 canais, câmeras IP externas e internas em alta resolução, capacidade de gravação mínima de 30 dias, HD específico para CFTV, monitor dedicado para visualização, infraestrutura lógica e elétrica completa, incluindo serviços de instalação, configuração, testes, comissionamento e treinamento básico de servidores indicados.	Serviço	2	31.184,19	62.368,38
3	Instalação de sistema de cerca elétrica perimetral com 4 fios para Mini Academia, incluindo central eletrificadora, hastes, isoladores, fios apropriados, cabos de alta isolamento, aterramento, placas de advertência e materiais de fixação, conforme normas técnicas e de segurança.	Metro linear	86,40	69,88	6.037,63
4	Instalação de sistema de cerca elétrica perimetral com 4 fios para Centro do Idoso, com os mesmos componentes e condições do item anterior.	Metro linear	199,03	46,00	9.155,38
5	Instalação de sistema de cerca elétrica perimetral com 4 fios para CRAS alugado, com os mesmos componentes e condições.	Metro linear	153,52	54,86	8.422,11
6	Instalação de sistema de cerca elétrica perimetral com 4 fios para Casa de	Metro linear	97,87	61,82	6.050,32



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



Item	Descrição técnica resumida (sem marca)	Und.	Qtde estimada	Valor unitário estimado (R\$)	Valor total estimado (R\$)
	Acolhimento, com os mesmos componentes e condições.				
7	Instalação de sistema de cerca elétrica perimetral com 4 fios para prédio novo do CRAS, com os mesmos componentes e condições.	Metro linear	163,78	54,76	8.968,59
8	Sistema de alarme inteligente por unidade, integrado ao CFTV e à cerca elétrica, composto por central de alarme, sensores magnéticos de abertura para portas e janelas, sensores de presença para áreas internas, dispositivos de alerta sonoro, materiais para instalação, programação, testes, comissionamento, treinamento básico e 4 manutenções preventivas trimestrais no período de 12 meses.	Unidade	4	5.669,17	22.676,68

Valor total estimado: R\$ 222.614,29 (duzentos e vinte e dois mil, seiscentos e quatorze reais e vinte e nove centavos).

2.2. Indicadores de desempenho mínimos:

- a) Taxa de disponibilidade operacional dos sistemas (CFTV, alarme e cerca elétrica): 98% ao mês;
- b) Prazo máximo para correção de falhas críticas: 48 horas úteis após comunicação formal;
- c) Satisfação dos usuários internos (servidores): 80% em avaliações anuais;
- d) Taxa de conformidade das instalações com as especificações e normas técnicas: 100% no recebimento definitivo.

2.3. Para evitar subdimensionamento das propostas e minimizar o risco de aditivos contratuais, este Termo de Referência estabelece, como parâmetros mínimos de referência, os quantitativos indicativos por tipo de unidade, a partir dos quais as licitantes deverão dimensionar suas soluções, observadas as especificações técnicas dos itens 1 e 2 e os parâmetros de porte das unidades (maior porte e menor porte) definidos no Estudo Técnico Preliminar.

2.3.1. Consideram-se, para fins de dimensionamento mínimo:

- a) Unidades de maior porte (por exemplo, CRAS alugado e prédio novo do CRAS):

sistema de CFTV com, no mínimo, 15 (quinze) câmeras por unidade, distribuídas entre áreas internas e externas, conforme layout a ser definido em conjunto com a fiscalização;

sistema de alarme inteligente com, no mínimo, 15 (quinze) sensores magnéticos de abertura e 4 (quatro) sensores de presença por unidade;

infraestrutura lógica e elétrica compatível com NVR de, ao menos, 16 (dezesesseis) canais por unidade, incluindo cabeamento, switches, fontes, mini rack e monitor dedicado;



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



cerca elétrica perimetral contemplando todo o perímetro indicado na planilha do item 2 (metragem já estimada por unidade).

b) Unidades de menor porte (por exemplo, Casa de Acolhimento e Centro do Idoso):

sistema de CFTV com, no mínimo, 8 (oito) câmeras por unidade, distribuídas entre áreas internas e externas;

sistema de alarme inteligente com, no mínimo, 10 (dez) sensores magnéticos de abertura e 3 (três) sensores de presença por unidade;

infraestrutura lógica e elétrica compatível com NVR de, ao menos, 8 (oito) canais por unidade, incluindo cabeamento, switches, fontes, mini rack e monitor dedicado;

cerca elétrica perimetral contemplando todo o perímetro indicado na planilha do item 2 (metragem já estimada por unidade).

c) Mini Academia:

sistema de CFTV e/ou alarme, quando previsto, dimensionado conforme o porte do equipamento público e a metragem de cerca elétrica correspondente, observando-se, no mínimo, a cobertura das áreas de acesso e uso principal da unidade.

2.3.2. Os parâmetros de que tratam os subitens anteriores não substituem a obrigação das licitantes de realizarem, na fase de execução, vistoria técnica detalhada em cada unidade, para fins de posicionamento final de câmeras, sensores, sirenes e elementos de infraestrutura, cabendo à fiscalização aprovar ajustes de quantitativos e posicionamentos, desde que mantida, no mínimo, a equivalência dos parâmetros estabelecidos neste Termo de Referência.

2.3.3. A Administração poderá, a qualquer tempo, a partir da vistoria técnica e de dados de planta das unidades, elaborar quadro sintético de quantidades mínimas por unidade (Anexo I Quadro de Quantitativos Mínimos por Unidade), o qual, se emitido, integrará este Termo de Referência e o contrato, servindo como referência complementar para a execução.

3. ANÁLISE DO CUSTO / ORÇAMENTO ESTIMADO

3.1. O valor estimado da contratação, no montante de R\$ 222.614,29, foi apurado com base em:

a) Pesquisa de preços junto a, no mínimo, três empresas do ramo de sistemas de segurança eletrônica;

b) Consultas a contratações similares em outros órgãos públicos, bancos de preços oficiais e sistemas públicos de pesquisa;

c) Elaboração de mapa comparativo de preços e cálculo da média (ou mediana) adotada, com identificação das fontes consultadas, o qual integra este processo como Anexo II, em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021, com exclusão de valores manifestamente discrepantes.

3.2. Os preços obtidos refletem a contratação integrada de fornecimento de materiais, instalação e manutenção preventiva, observando-se a viabilidade econômica demonstrada no Estudo Técnico Preliminar.

3.3. O valor apresentado é estimativo, não vinculante, servindo exclusivamente como referência para a fase externa da licitação e para análise de aceitabilidade das propostas.



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



4. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO / ESCOLHA DO OBJETO

4.1. Justificativa institucional e de necessidade:

- a) A SEMAS é responsável pela execução da política de assistência social no âmbito municipal, atendendo crianças, adolescentes, idosos, famílias e demais pessoas em situação de risco e vulnerabilidade social;
- b) As unidades listadas possuem fluxo constante de usuários, inclusive em situação de risco social, e concentram bens públicos de valor (equipamentos de informática, mobiliário, veículos, arquivos e prontuários);
- c) As estruturas atuais de segurança física são inexistentes ou insuficientes, não garantindo monitoramento adequado nem resposta a incidentes.

4.2. Justificativa técnica:

- a) Necessidade de sistema de CFTV com câmeras em alta resolução, para ambientes internos e externos, com capacidade de operação em baixa luminosidade, permitindo monitoramento em tempo real, gravação contínua e por evento, com acesso local e, quando viável, remoto autorizado;
- b) Integração entre CFTV, cerca elétrica e alarme inteligente, para que eventos de intrusão acionem registros de imagens e alertas automáticos, garantindo solução tecnológica coesa e padronizada;
- c) Exigência de manutenção preventiva trimestral, com visitas técnicas programadas para assegurar a continuidade do serviço, prolongando a vida útil dos equipamentos;
- d) Impossibilidade de atendimento adequado da demanda com meios próprios da Administração, seja por falta de pessoal técnico especializado, seja por inexistência de equipamentos.

4.2.1. Os quantitativos de sistemas de CFTV, alarme inteligente e cercas elétricas foram revistos de forma integrada entre o Documento de Formalização da Demanda (DFD), o Estudo Técnico Preliminar (ETP) e este Termo de Referência, de modo a assegurar coerência entre as unidades atendidas, os volumes estimados e o valor total previsto, evitando divergências e favorecendo o planejamento da contratação.

4.3. Justificativa social e de proteção a grupos vulneráveis:

- a) As unidades atendem público em situação de risco e vulnerabilidade (crianças, adolescentes, idosos, pessoas em acompanhamento socioassistencial), o que exige ambientes seguros, acolhedores e protegidos;
- b) A implantação do sistema contribui para redução de episódios de violência, ameaças, depredação e condutas inadequadas, reforçando a proteção física e psicológica de usuários e servidores;
- c) O registro de imagens e eventos de alarme viabiliza a apuração de incidentes e a adoção de medidas administrativas e judiciais, em conformidade com a legislação de proteção de crianças, adolescentes e idosos e com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

4.4. Justificativa econômica e de eficiência:

- a) A contratação tende a reduzir perdas decorrentes de furtos, arrombamentos e depredações de bens públicos;
- b) Evita-se a necessidade de contratações emergenciais de segurança, geralmente mais onerosas e menos planejadas;



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



- c) Promove-se a padronização tecnológica dos sistemas de segurança nas unidades da SEMAS, com ganhos em manutenção, operação e treinamento;
- d) A manutenção preventiva trimestral reduz custos futuros com reposição de equipamentos e reparos corretivos.

4.5. Riscos da não contratação:

- a) Manutenção da vulnerabilidade física das unidades, com maior risco à integridade de usuários e servidores;
- b) Interrupção de serviços socioassistenciais por danos a equipamentos e instalações;
- c) Necessidade de contratações emergenciais, com risco de sobrepreço e menor competitividade;
- d) Danos à imagem institucional do Município e da SEMAS em caso de incidentes que poderiam ser mitigados com a implantação do sistema.

5. VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

5.1. O valor total estimado da contratação é de R\$ 222.614,29 (duzentos e vinte e dois mil, seiscentos e quatorze reais e vinte e nove centavos), assim distribuído, com base nas três cotações obtidas (Carla Rodrigues Leonarde Garcia ID [\(ID 852093\)](#); Eder C Drumond LTDA ID [\(ID 852094\)](#); Samuel Santos Cavalcante & Cia Ltda ID [\(ID 852095\)](#)) e na média aritmética dos valores unitários:

a) Itens de CFTV (1 e 2): R\$ 161.303,58 (Cento e sessenta e um mil, trezentos e três reais e cinquenta e oito centavos), Apurados a partir das seguintes médias: Item 1 R\$ 48.802,23; R\$ 51.450,58 e R\$ 48.150,00, resultando em R\$ 49.467,60 - Item 2 R\$ 30.705,33; R\$ 32.247,23 e R\$ 30.600,00, resultando em R\$ 31.184,19.

b) Itens de cerca elétrica (3 a 7): R\$ 38.634,03 (trinta e oito mil, seiscentos e trinta e quatro reais e três centavos)

Item 3	(Mini Academia):	R\$	69,88/m;
Item 4 (Centro do Idoso):	R\$ 46,00/m;		
Item 5	(Cras Alugado):	R\$	54,86/m;
Item 6 (Casa de Acolhimento):	R\$ 61,82/m;		
Item 7 (Predio Novo Cras):	R\$ 54,76/m.		

c) Itens de alarme inteligente (8): R\$ 22.676,68 (vinte e dois mil, seiscentos e setenta e seis reais e sessenta e oito centavos), Apurados a partir das seguintes médias: Item 1 R\$ 5.590,00; R\$ 5.820,00 e R\$ 5.597,50, resultando em R\$ 5.669,17 por unidade para 4 (quatro) sistemas de alarme inteligentes.

5.2. O valor indicado no subitem 5.1 é estimado, apurado com base na média aritmética das três cotações obtidas e registrado no Mapa Comparativo de Preços e Médias (Anexo II), em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021, não representando compromisso de gasto por parte da Administração, servindo apenas como referência para a análise de aceitabilidade das propostas e para o planejamento da despesa na fase externa da licitação.

6. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. A despesa decorrente da contratação correrá à conta de dotação orçamentária própria



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



consignada no orçamento vigente da SEMAS, a ser indicada quando da formalização do processo. Sugestão conforme ETP:

Órgão: 02100 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Projeto/Atividade: 2316 PISO FIXO PSE
Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica
(ou outro elemento de despesa adequado para aquisição de equipamentos e serviços de instalação, conforme classificação orçamentária vigente).
Fonte: 546 Recursos Livres.

Órgão: 02100 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Projeto/Atividade: 2310 PISO FIXO PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA PSB
Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica
(ou outro elemento de despesa adequado para aquisição de equipamentos e serviços de instalação, conforme classificação orçamentária vigente).
Fonte: 532 Recursos Livres.

6.2. O empenho da despesa ficará condicionado à disponibilidade orçamentária e financeira e à compatibilidade com a Lei Orçamentária Anual e demais normas fiscais vigentes.

7. FORMA DE ENTREGA E PRAZO

7.1. Os materiais, equipamentos e serviços deverão ser entregues e executados nas seguintes unidades da SEMAS, todas situadas no Município de Chupinguaia/RO, nos endereços abaixo:

- a) Centro do Idoso, situado à avenida altino manoel de oliveira, sn - casa do idoso - centro;
- b) Casa de Acolhimento, situada à Rua: Dom Pedro I, nº 1.500 - centro;
- c) CRAS (unidade atual, alugado), situado à avenida Altino Manoel de Oliveira, Nº 835 - centro;
- d) Prédio novo do CRAS (em reforma), situado à rua Airton Senna s/n setor 10;
- e) Mini Academia vinculada à SEMAS, situada à avenida altino manoel de oliveira, sn - casa do idoso - centro.

7.1.1. Quaisquer alterações de endereço ou de localização das unidades deverão ser formalmente comunicadas à contratada, mediante termo específico emitido pela Administração, com atualização do processo administrativo.

7.2. O prazo máximo para conclusão da instalação, configuração, testes e comissionamento em todas as unidades será definido no edital, considerando a complexidade técnica do objeto, sugerindo-se prazo global entre 20 (vinte) e 40 (quarenta) dias corridos, contados da assinatura do contrato e emissão da ordem de serviço.

7.3. Poderá ser admitida entrega e instalação por etapas/unidade, desde que respeitado o prazo global e que os cronogramas sejam previamente aprovados pela fiscalização.

7.4. A contratada será responsável pelo transporte, seguro e descarregamento de todos os materiais e equipamentos até os locais de instalação, sem ônus adicional para a Administração.



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



7.5. As visitas de manutenção preventiva trimestral serão realizadas ao longo da vigência contratual, em cronograma acordado com a fiscalização, observando-se a periodicidade de uma visita a cada três meses por unidade.

8. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1. O recebimento dos serviços e materiais observará as seguintes etapas:

- a) Recebimento provisório: após a conclusão da instalação, configuração e testes em cada unidade, mediante termo circunstanciado emitido pela fiscalização, atestando o cumprimento das especificações e o funcionamento inicial dos sistemas.
- b) Recebimento definitivo: após período de observação e testes (sugerido mínimo de 30 dias), caso não sejam constatadas irregularidades ou pendências, será lavrado termo de recebimento definitivo.

8.2. Critérios de aceitação:

- a) Conformidade com as especificações técnicas descritas neste Termo de Referência e na proposta vencedora;
- b) Apresentação de documentação técnica completa (manuais, plantas, esquemas, senhas administrativas, certificados de garantia);
- c) Execução de testes de funcionamento de CFTV, alarme e cerca elétrica, com demonstração da integração entre sistemas;
- d) Realização de treinamento básico para servidores responsáveis, em cada unidade.

8.3. Bens ou serviços em desacordo com as especificações poderão ser recusados, devendo a contratada providenciar, às suas expensas, as correções ou substituições necessárias no prazo fixado pela fiscalização.

8.4. O risco de perda ou dano dos materiais/equipamentos será da contratada até o recebimento definitivo pela Administração.

9. PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO

9.1. Designação formal

9.1.1. A fiscalização e o gerenciamento da execução contratual serão exercidos por servidor(es) ou comissão designados formalmente por portaria ou ato equivalente da autoridade competente da Secretaria Municipal de Assistência Social SEMAS, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

9.1.2. O ato de designação indicará:

- a) o fiscal técnico do contrato, preferencialmente servidor com conhecimento na área de tecnologia da informação, infraestrutura ou segurança eletrônica;
- b) o fiscal administrativo, responsável por acompanhar aspectos documentais, prazos, atestos e comunicações formais;
- c) o gestor do contrato, quando designado, responsável pela coordenação geral da execução, interlocução com a contratada e consolidação das informações prestadas pelos fiscais.



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



9.1.3. Poderá ser indicada equipe de apoio para auxiliar os fiscais na verificação in loco das instalações, testes dos sistemas e análise de relatórios técnicos apresentados pela contratada.

9.2. Atribuições do gestor e dos fiscais

9.2.1. Compete ao gestor do contrato, quando formalmente designado:

- a) acompanhar a execução global do contrato, assegurando a compatibilidade entre o objeto contratado e as necessidades da SEMAS;
- b) integrar as informações dos fiscais técnico e administrativo, consolidando relatórios periódicos de execução;
- c) propor à autoridade competente as medidas necessárias à correção de falhas, aplicação de sanções, prorrogação de prazos ou outras alterações contratuais, quando cabíveis;
- d) manter arquivados, de forma organizada, todos os documentos relativos à execução contratual (ordens de serviço, relatórios, comunicações, termos de recebimento, notificações e demais peças).

9.2.2. Compete ao fiscal técnico do contrato:

- a) acompanhar, in loco, a instalação, configuração, testes e comissionamento dos sistemas de CFTV, alarme inteligente e cerca elétrica em todas as unidades atendidas;
- b) verificar a conformidade dos materiais, equipamentos e serviços com as especificações técnicas deste Termo de Referência, do edital, da proposta vencedora e das normas técnicas aplicáveis;
- c) conferir o correto posicionamento das câmeras, sensores e demais dispositivos, bem como a adequação da infraestrutura lógica e elétrica (cabearamento, canaletas, eletrodutos, mini rack, aterramento e proteção contra intempéries);
- d) acompanhar e atestar a realização das manutenções preventivas trimestrais, verificando se os testes de funcionamento, ajustes, limpezas, atualizações de firmware (quando autorizadas) e demais procedimentos previstos foram efetivamente executados;
- e) verificar a taxa de disponibilidade operacional dos sistemas (CFTV, alarme e cerca elétrica), conforme indicadores de desempenho estabelecidos, registrando ocorrências de falhas, interrupções e tempo de resposta da contratada;
- f) exigir da contratada a apresentação de projetos executivos, diagramas, plantas, memória de configuração, senhas administrativas (em envelope lacrado ou meio equivalente seguro) e manuais de operação/manutenção, observados os requisitos de segurança da informação e LGPD;
- g) registrar, em relatórios ou termos de ocorrência, quaisquer irregularidades, falhas técnicas, atrasos, interrupções injustificadas, descumprimento de especificações ou de prazos, indicando as providências requeridas e os prazos para correção;
- h) encaminhar ao fiscal administrativo e ao gestor do contrato, quando houver, as informações necessárias à adoção de medidas administrativas (notificações, glosas, sanções, rescisão, etc.).

9.2.3. Compete ao fiscal administrativo do contrato:

- a) acompanhar prazos contratuais, cronogramas, vigência, renovações, reequilíbrios, reajustes (quando previstos) e demais aspectos administrativos;
- b) conferir a documentação fiscal e trabalhista apresentada pela contratada, verificando a manutenção das condições de habilitação exigidas na licitação, antes de cada pagamento;
- c) atestar, em conjunto com o fiscal técnico, as notas fiscais/faturas, condicionando o atesto ao efetivo cumprimento das obrigações contratuais, inclusive quanto à execução das manutenções preventivas e correções de falhas;



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



- d) elaborar e encaminhar notificações formais à contratada em caso de atrasos, descumprimento de prazos, não atendimento a determinações da fiscalização ou qualquer outra irregularidade;
- e) instruir o processo com relatórios de acompanhamento, termos de recebimento provisório e definitivo, comunicações e demais documentos pertinentes;
- f) informar o setor de licitações, o controle interno e a assessoria jurídica acerca de ocorrências relevantes que possam ensejar aplicação de sanções, alterações contratuais ou rescisão.

9.3. Obrigações da contratada perante a fiscalização

9.3.1. A contratada deverá:

- a) indicar representante responsável pela interlocução com o gestor e fiscais do contrato, com poderes para receber notificações, responder a solicitações técnicas e administrativas e encaminhar soluções dentro dos prazos estabelecidos;
- b) permitir o acesso irrestrito do gestor, fiscais e órgãos de controle aos locais de instalação, equipamentos, registros de manutenção e demais elementos necessários à fiscalização da execução contratual;
- c) fornecer, sempre que solicitado, informações técnicas detalhadas sobre os equipamentos, softwares, configurações, procedimentos de manutenção e demais aspectos relevantes do sistema de monitoramento eletrônico;
- d) cumprir, integralmente e em prazo compatível, as determinações e recomendações emitidas pela fiscalização, relativas à correção de falhas, ajustes de configuração, substituição de materiais, reforço de segurança ou adequação às normas técnicas;
- e) responder, por escrito e dentro do prazo fixado, às notificações e comunicações oficiais da Administração, apresentando plano de ação para correção de não conformidades, quando for o caso;
- f) manter atualizado o registro de intervenções (manutenções preventivas e corretivas), contendo: data, técnicos responsáveis, atividades executadas, equipamentos inspecionados, peças substituídas e recomendações, entregando cópias desses registros à fiscalização;
- g) observar, em todas as atividades de instalação, manutenção e suporte, as normas de segurança do trabalho, normas técnicas e legislação aplicável, responsabilizando-se por qualquer dano decorrente de mau uso, instalação inadequada ou negligência de sua equipe.

9.4. Registro das ocorrências e comunicação

9.4.1. Todas as ocorrências relevantes durante a execução contratual deverão ser registradas pelos fiscais, por meio de:

- a) termos de ocorrência, relatórios de fiscalização, atas de reunião ou documentos equivalentes, com descrição dos fatos, datas, horários, unidade afetada, sistemas impactados e medidas adotadas;
- b) anexação dos registros ao processo administrativo, garantindo rastreabilidade e transparência;
- c) envio de cópias à contratada, quando a ocorrência demandar providências da empresa, fixando prazo para manifestação e correção.

9.4.2. As comunicações oficiais entre a Administração e a contratada serão realizadas, preferencialmente, por meio escrito (ofício, e-mail institucional formalmente reconhecido, sistema eletrônico de processos ou outro meio previsto no edital/contrato), com comprovação de envio e recebimento.



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



9.4.3. Reuniões de acompanhamento poderão ser convocadas pelo gestor ou pelos fiscais, com participação de representantes da contratada, especialmente em casos de:

- a) atraso na execução;
 - b) recorrência de falhas;
 - c) necessidade de ajustes no cronograma;
 - d) discussão de medidas para melhoria do desempenho dos sistemas.
- As reuniões deverão ser registradas em ata, assinada pelos presentes ou validada eletronicamente.

9.5. Indicadores de desempenho e controle de qualidade

9.5.1. A fiscalização deverá acompanhar, entre outros, os seguintes indicadores mínimos:

- a) taxa de disponibilidade operacional mensal dos sistemas de CFTV, alarme e cerca elétrica, que deverá ser igual ou superior a 98%;
- b) prazo de atendimento e solução de falhas críticas, limitado ao máximo de 48 horas úteis após a comunicação formal;
- c) número de visitas de manutenção preventiva realizadas em relação ao previsto (4 visitas anuais, trimestrais), com verificação da qualidade e abrangência dos serviços;
- d) índice de conformidade das instalações e serviços com as especificações técnicas e normas de segurança (almejando 100% no recebimento definitivo);
- e) nível de satisfação dos usuários internos (servidores das unidades atendidas), aferido por meio de avaliações periódicas (por exemplo, questionários anuais).

9.5.2. O descumprimento reiterado ou grave dos indicadores de desempenho poderá ensejar:

- a) glosa parcial ou total de medições e pagamentos;
- b) aplicação de sanções administrativas, conforme capítulo específico deste Termo de Referência;
- c) proposição de rescisão contratual, nos casos previstos em lei.

9.6. Integração com órgãos de controle

9.6.1. O gestor e os fiscais do contrato deverão cooperar com o controle interno, o setor de compras/licitações e demais órgãos de controle, fornecendo informações e documentos solicitados sobre a execução contratual.

9.6.2. Sempre que identificadas irregularidades relevantes que possam caracterizar dano ao erário, fraude, descumprimento grave de obrigações ou risco à integridade de usuários e servidores, o gestor deverá comunicar, de forma imediata, à autoridade competente para adoção das medidas cabíveis, sem prejuízo da continuidade da fiscalização de rotina.

10. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Pelo descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais ou pela prática de atos ilícitos, poderão ser aplicadas à contratada, observados o contraditório e a ampla defesa, as sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021 e na legislação correlata, tais como:

- a) advertência;



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



- b) multa por atraso (mora) na execução, em percentual diário a ser definido no edital e contrato, limitada a determinado percentual do valor do item ou do contrato;
- c) multa por inadimplemento contratual, em percentual a ser definido, nos casos de descumprimento grave das obrigações;
- d) multa em caso de rescisão contratual por culpa da contratada;
- e) impedimento de licitar e contratar com a Administração pelo prazo legal;
- f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos casos mais graves.

10.2. As multas poderão ser descontadas dos pagamentos devidos, da garantia contratual ou cobradas judicialmente, se necessário, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

10.3. As sanções poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, conforme a gravidade da infração, com registro nos cadastros competentes.

10.4 A aplicação de sanções será precedida de notificação formal à contratada, concedendo prazo para manifestação e defesa, conforme previsto no edital e no contrato. As decisões serão fundamentadas, registradas em processo administrativo e comunicadas aos órgãos de controle e cadastros pertinentes.

10.5 As sanções podem ser aplicadas cumulativamente, conforme a gravidade da infração e o prejuízo causado à Administração, sem prejuízo da possibilidade de rescisão contratual nos termos do art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

11. VIGÊNCIA DO CONTRATO

11.1. Prazo de vigência

11.1.1. O contrato decorrente da presente licitação terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, abrangendo:

- a) o período necessário à execução integral dos serviços de fornecimento, instalação, configuração, testes e comissionamento dos sistemas de CFTV, alarme inteligente e cerca elétrica nas unidades da SEMAS;
- b) o período destinado à realização das 4 (quatro) manutenções preventivas trimestrais previstas, bem como eventuais manutenções corretivas e ajustes necessários ao pleno funcionamento dos sistemas.

11.1.2. A execução física da instalação dos sistemas deverá ser concluída dentro do prazo específico que será definido no edital/contrato para conclusão do objeto, contado da emissão da ordem de serviço inicial, permanecendo o contrato vigente para fins de garantia e manutenção preventiva até o término do prazo de 12 (doze) meses.

11.2. Prorrogação de vigência

11.2.1. O prazo de vigência poderá ser prorrogado, mediante termo aditivo, quando houver interesse da Administração e concordância da contratada, devidamente justificados, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, especialmente nas seguintes hipóteses:



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



- a) necessidade de continuidade dos serviços de manutenção preventiva e suporte técnico, para assegurar a adequada operação dos sistemas;
- b) ocorrência de fatos supervenientes, imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que alterem sensivelmente as condições de execução inicialmente pactuadas;
- c) atraso na execução por motivo não imputável à contratada, desde que devidamente comprovado e registrado no processo.

11.2.2. A soma dos períodos de prorrogação observará os limites estabelecidos na Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, devendo cada prorrogação ser formalmente motivada e precedida de manifestação do setor requisitante, da fiscalização e dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno, quando exigido.

11.3. Termo final de vigência e responsabilidades remanescentes

11.3.1. Findo o prazo de vigência contratual, extinguem-se as obrigações de prestação de serviços de manutenção e suporte rotineiros, sem prejuízo das garantias legais e contratuais relativas aos equipamentos fornecidos, que permanecerão vigentes pelo prazo mínimo estabelecido no edital/contrato, contado do recebimento definitivo.

11.3.2. Mesmo após o término da vigência, subsistirão as responsabilidades da contratada por:

- a) vícios ocultos dos equipamentos e instalações, nos prazos previstos em lei;
- b) indenização por danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão durante a execução do contrato;
- c) dever de confidencialidade quanto a informações e dados sensíveis eventualmente acessados no curso da execução contratual, especialmente imagens e registros relacionados ao sistema de monitoramento.

11.3.3. Qualquer alteração de prazos, inclusive prorrogação ou redução de vigência, dependerá de formalização por termo aditivo, previamente autorizado pela autoridade competente, vedada a prorrogação tácita.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Obrigações gerais

12.1.1. Executar o objeto contratado em estrita conformidade com as especificações técnicas deste Termo de Referência, do edital, da proposta vencedora e da legislação aplicável, observando os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e segurança.

12.1.2. Cumprir rigorosamente os prazos de execução, instalação, testes, comissionamento, correção de falhas e realização de manutenções preventivas e corretivas, conforme cronograma aprovado e ordens de serviço emitidas pela Administração.

12.1.3. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas, insumos, EPIs, transporte e mão de obra técnica necessária à perfeita execução dos sistemas de CFTV, alarme inteligente e cerca elétrica, sem ônus adicional para a Administração.



12.2. Qualidade técnica, materiais e equipamentos

12.2.1. Utilizar somente materiais e equipamentos novos, de primeiro uso, em linha de produção atual, compatíveis entre si, livres de vícios e em conformidade com as normas técnicas vigentes, em especial as da ABNT e normas regulamentadoras de segurança do trabalho.

12.2.2. Observar, na implantação dos sistemas, as especificações mínimas estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar, especialmente quanto a:

- a) câmeras IP internas e externas em resolução Full HD, adequadas a baixa luminosidade, com grau de proteção adequado para ambientes externos;
- b) NVR com capacidade compatível ao número de câmeras e armazenamento mínimo de 30 dias;
- c) infraestrutura lógica e elétrica adequada (cabeamento, canaletas, eletrodutos, conectores, mini rack, fontes, aterramento);
- d) centrais de alarme inteligentes integráveis ao CFTV e à cerca elétrica, com sensores e sirenes em quantidade suficiente;
- e) cercas elétricas com 4 fios, centrais eletrificadoras dentro dos parâmetros de segurança, hastes, isoladores, fio adequado, aterramento e placas de advertência.

12.2.3. Substituir, às suas expensas e em prazo compatível com a gravidade da situação, qualquer componente, material ou equipamento que apresente defeito, vício, desgaste prematuro ou não conformidade com as especificações, sem prejuízo das demais responsabilidades contratuais.

12.3. Instalação, testes, comissionamento e documentação técnica

12.3.1. Realizar vistoria técnica prévia em todas as unidades contempladas, para:

- a) confirmar quantitativos de câmeras, sensores e metragem de cerca elétrica;
- b) identificar necessidades de adequação da infraestrutura elétrica e lógica;
- c) ajustar o posicionamento dos equipamentos, garantindo máxima eficiência do sistema.

12.3.2. Executar a instalação, configuração, testes e comissionamento de todos os subsistemas (CFTV, alarme e cerca elétrica), em conformidade com:

- a) normas técnicas aplicáveis (ABNT NBR 5410 e demais pertinentes);
- b) normas de segurança do trabalho (NR-10, NR-17 e outras correlatas);
- c) diretrizes de segurança física e de proteção de dados estabelecidas pela Administração.

12.3.3. Realizar testes de funcionamento integrados dos sistemas, demonstrando para a fiscalização o correto desempenho de:

- a) câmeras (imagem, foco, ângulo, gravação e reprodução);
- b) NVR (gravação contínua, por evento, acesso local e, quando implementado, remoto);
- c) sensores e centrais de alarme (detecção, acionamento, registros de eventos, sirenes);
- d) cercas elétricas (integridade dos fios, pulsos, aterramento, acionamento de alarmes).

12.3.4. Entregar à fiscalização, no mínimo:

- a) projetos as built/diagramas das instalações (CFTV, alarme, cerca);



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



- b) memoriais de configuração dos NVRs e centrais (sem divulgar senhas de usuários comuns);
- c) relação completa dos equipamentos instalados (tipo, modelo genérico, localização);
- d) manuais de operação e manutenção em língua portuguesa;
- e) relatório final de comissionamento, contendo resultados dos testes realizados.

12.3.5. Entregar as senhas administrativas e de configuração em envelope lacrado ou meio seguro definido pela Administração, para guarda pela SEMAS, observando-se as boas práticas de segurança da informação.

12.4. Manutenção preventiva e corretiva

12.4.1. Realizar 4 (quatro) visitas de manutenção preventiva, com periodicidade trimestral, durante 12 meses, contemplando, no mínimo:

- a) verificação de funcionamento de todas as câmeras (imagem, foco, ângulo, fixação);
- b) testes do NVR (gravação contínua, reprodução, integridade do HD, logs);
- c) inspeção de cabeados, conectores, fontes, suportes e mini rack;
- d) testes individuais de sensores de portas, janelas e presença;
- e) verificação da central de alarme (zonas, programação, registros de eventos) e sirenes;
- f) inspeção da cerca elétrica (fios, isoladores, central, aterramento, placas de advertência);
- g) limpeza adequada de câmeras, NVR, centrais e demais dispositivos, quando necessário;
- h) atualização de firmware dos equipamentos, quando disponível, recomendada e autorizada pela Administração.

12.4.2. Emitir, a cada visita de manutenção preventiva, relatório detalhado, contendo:

- a) data, horário e unidade atendida;
- b) identificação dos técnicos responsáveis;
- c) atividades realizadas e testes efetuados;
- d) não conformidades identificadas e providências adotadas;
- e) recomendações à Administração para melhoria ou ajustes futuros.

12.4.3. Atender, dentro dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, às solicitações de manutenção corretiva, especialmente em caso de falhas críticas que comprometam a segurança das unidades, assegurando:

- a) resposta inicial em prazo compatível com o nível de criticidade da ocorrência;
- b) solução definitiva ou medida mitigadora adequada no prazo máximo definido contratualmente (por exemplo, 48 horas úteis para falhas críticas), sob pena de sanções.

12.5. Pessoal, segurança do trabalho e responsabilidade técnica

12.5.1. Disponibilizar equipe técnica qualificada, em número suficiente, com experiência comprovada na instalação e manutenção de sistemas de CFTV, alarmes e cercas elétricas, responsabilizando-se por sua supervisão e disciplina.

12.5.2. Manter, quando aplicável, responsável(is) técnico(s) habilitado(s) junto aos conselhos profissionais competentes, apresentando ART/RRT ou documento equivalente, sempre que exigido pela legislação e pela Administração.



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



12.5.3. Garantir o cumprimento integral das normas de segurança e saúde do trabalho, fornecendo e exigindo o uso de EPIs adequados, sinalizando áreas de risco, adotando procedimentos seguros em trabalhos em altura, instalações elétricas e manuseio de equipamentos.

12.5.4. Responder integralmente por danos pessoais, materiais ou morais causados à Administração ou a terceiros decorrentes de ação ou omissão de seus empregados, prepostos ou subcontratados, durante a execução do contrato.

12.5.5. Assumir integral responsabilidade por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e securitários relacionados à sua atividade, não cabendo à Administração qualquer vínculo trabalhista com o pessoal da contratada.

12.6. Segurança da informação, LGPD e confidencialidade

12.6.1. Observar, em todas as atividades, as normas de proteção de dados pessoais e de segurança da informação definidas pela Administração, em especial aquelas relativas ao tratamento de imagens, registros de acesso e logs dos sistemas.

12.6.2. Guardar sigilo sobre todas as informações, imagens, dados e configurações a que tiver acesso em razão da execução contratual, abstendo-se de:

- a) copiar, armazenar, divulgar ou utilizar indevidamente imagens ou dados obtidos dos sistemas;
- b) permitir o acesso de terceiros não autorizados;
- c) utilizar credenciais de acesso para finalidades diversas daquelas estritamente necessárias à instalação, configuração e manutenção.

12.6.3. Entregar à Administração, ao término do contrato, quando requerido, todas as informações necessárias à continuidade da operação dos sistemas (sem retenção de senhas ou de dados que inviabilizem o uso dos equipamentos), sem qualquer custo adicional.

12.7. Relação com a fiscalização e aspectos administrativos

12.7.1. Manter representante formalmente designado para interlocução com o gestor e fiscais do contrato, com poderes para receber notificações, responder a solicitações e adotar providências imediatas.

12.7.2. Atender prontamente às determinações da fiscalização, corrigindo irregularidades, ajustando configurações, substituindo componentes e adotando medidas preventivas dentro dos prazos fixados, sob pena de aplicação de sanções.

12.7.3. Permitir livre acesso da fiscalização e dos órgãos de controle aos locais de instalação, equipamentos, registros de manutenção, relatórios técnicos e demais documentos relacionados à execução contratual.

12.7.4. Manter atualizada a documentação de habilitação e regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária exigida na licitação, apresentando-a sempre que solicitada como condição para o pagamento.



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



12.7.5. Emitir notas fiscais/faturas em conformidade com a legislação tributária, contendo descrição clara dos serviços prestados e/ou etapas concluídas, observando as orientações da SEMAS para correta identificação do processo e do contrato.

12.8. Garantias e responsabilidade pós-instalação

12.8.1. Garantir o funcionamento dos equipamentos e sistemas instalados pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses, contado do recebimento definitivo, comprometendo-se a corrigir, sem ônus para a Administração, quaisquer defeitos decorrentes de fabricação, instalação ou configuração inadequada, durante esse período.

12.8.2. Responsabilizar-se por vícios ocultos que venham a ser constatados após o recebimento definitivo, nos prazos previstos em lei, procedendo às correções e substituições necessárias.

12.8.3. Não interromper a execução dos serviços, ainda que haja pendências de natureza administrativa, ressalvados os casos de inadimplemento grave da Administração, devidamente caracterizados na forma da legislação.

12.8.4. Durante o prazo de garantia, a contratada deverá prestar suporte técnico aos sistemas instalados, incluindo atendimento remoto e presencial, quando necessário, para esclarecimento de dúvidas operacionais, ajustes de configuração e correção de falhas, observado o prazo máximo de resposta para falhas críticas previsto no item 9.5.1, alínea b.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1. Obrigações gerais

13.1.1. Prestar todas as informações necessárias à plena compreensão do objeto, esclarecendo dúvidas da contratada durante a execução, por intermédio do gestor e dos fiscais do contrato.

13.1.2. Disponibilizar à contratada acesso aos locais de instalação dos sistemas de CFTV, alarme inteligente e cerca elétrica, em dias e horários previamente acordados, de modo a viabilizar vistorias, instalações e manutenções, sem prejuízo do atendimento ao público.

13.1.3. Comunicar formalmente à contratada qualquer ocorrência que possa interferir na execução contratual (interdições de áreas, reformas, alterações de layout, mudança de endereço das unidades, entre outras).

13.2. Designação de fiscalização e apoio à execução

13.2.1. Designar, por ato formal, o(s) fiscal(is) técnico(s) e administrativo(s) e, quando necessário, o gestor do contrato, com atribuições definidas, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

13.2.2. Assegurar que o fiscal e o gestor do contrato disponham de condições materiais e institucionais para exercer a fiscalização, inclusive com acesso às unidades, aos sistemas implantados e à documentação técnica apresentada pela contratada.

13.2.3. Indicar servidores responsáveis, em cada unidade da SEMAS contemplada, para:



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



- a) acompanhar a instalação e os testes dos sistemas;
- b) receber treinamento básico de operação;
- c) atuar como ponto focal para comunicação de falhas e ocorrências à fiscalização e à contratada.

13.3. Recebimento, atesto e documentação

13.3.1. Receber, conferir e atestar a execução dos serviços de instalação, configuração, testes, comissionamento e manutenção preventiva, bem como o fornecimento dos equipamentos e materiais, observando os critérios de conformidade estabelecidos neste Termo de Referência.

13.3.2. Realizar o recebimento provisório e definitivo dos sistemas, emitindo os respectivos termos, após:

- a) verificação da conformidade técnica e funcional;
- b) análise e aprovação da documentação técnica (projetos as built, memoriais, manuais, relatórios de testes);
- c) correção das pendências eventualmente apontadas pela fiscalização.

13.3.3. Recusar, mediante justificativa por escrito, materiais, equipamentos, instalações ou serviços que não estejam em conformidade com as especificações técnicas, normas aplicáveis e condições contratuais, exigindo as correções necessárias.

13.4. Pagamentos e aspectos financeiros

13.4.1. Efetuar o pagamento à contratada pelos serviços efetivamente prestados e atestados pelo fiscal, dentro dos prazos e condições estabelecidos no contrato, condicionando-o à apresentação da documentação fiscal e trabalhista exigida.

13.4.2. Promover, quando cabível, a retenção de tributos e contribuições previstas em lei, bem como de valores referentes a multas e indenizações impostas à contratada, mediante compensação em faturas vincendas ou cobrança específica.

13.4.3. Assegurar a existência de dotação orçamentária adequada e suficiente, bem como o empenho prévio da despesa, em conformidade com a legislação de finanças públicas.

13.5. Ambiente operacional, segurança da informação e LGPD

13.5.1. Disponibilizar, quando necessário, infraestrutura mínima para instalação e operação dos sistemas, tais como pontos de energia, espaço físico para mini rack e monitor de visualização, observadas as recomendações técnicas e de segurança.

13.5.2. Estabelecer normas internas para:

- a) controle de acesso às imagens e registros de eventos;
- b) definição de perfis e credenciais de usuários;
- c) prazos de guarda e descarte de imagens;
- d) procedimentos em caso de incidentes de segurança da informação, em consonância com a LGPD.



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



13.5.3. Guardar, de forma segura, as senhas administrativas e demais credenciais de acesso fornecidas pela contratada, restringindo seu uso a servidores designados e adotando medidas para prevenir acessos não autorizados.

13.6. Comunicação, acompanhamento e aplicação de sanções

13.6.1. Comunicar formalmente à contratada quaisquer irregularidades verificadas na execução do contrato, fixando prazos razoáveis para correção, conforme a gravidade da ocorrência.

13.6.2. Promover reuniões de acompanhamento, quando necessário, para avaliar o andamento da execução, o desempenho dos sistemas e a necessidade de ajustes, registrando tais reuniões em atas.

13.6.3. Aplicar as sanções administrativas cabíveis, nos termos deste Termo de Referência, do edital, do contrato e da legislação vigente, nos casos de descumprimento de obrigações pela contratada, assegurando previamente o contraditório e a ampla defesa.

13.6.4. Encaminhar ao controle interno, à assessoria jurídica e aos demais órgãos de controle, quando solicitado ou quando as circunstâncias exigirem, informações e documentos relacionados à execução contratual, inclusive sobre falhas, sanções e eventuais pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro.

13.7. Outras responsabilidades

13.7.1. Não interferir, indevidamente, na gestão interna de pessoal da contratada, limitando-se a exigir o cumprimento das obrigações contratuais e legais, sem caracterização de vínculo trabalhista com os empregados da empresa.

13.7.2. Facilitar, no âmbito de suas competências, a adoção das medidas necessárias à boa execução do contrato, inclusive autorizando, quando indispensável, o acesso da contratada a informações técnicas, plantas e layouts das unidades.

13.7.3. Adotar as providências administrativas e operacionais necessárias para garantir a adequada utilização dos sistemas de monitoramento eletrônico implantados, orientando os servidores quanto aos procedimentos de uso, registro de ocorrências e acionamento da contratada em caso de falhas.

14. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

14.1. Regime e forma de pagamento

14.1.1. O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, mediante depósito em conta bancária indicada pela contratada, em instituição financeira oficial ou privada autorizada a operar no País.

14.1.2. O pagamento será realizado com base em etapas efetivamente executadas e atestadas pela fiscalização, admitindo-se, em regra:

a) pagamento após a conclusão e recebimento definitivo da instalação, configuração, testes e



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



comissionamento dos sistemas em todas as unidades previstas; e
b) pagamento proporcional, quando previsto no contrato, por unidade concluída e recebida ou por etapa claramente definida (instalação / comissionamento / manutenção preventiva), desde que expressamente autorizado no edital e no contrato.

14.1.3. A forma detalhada de medição e pagamento (por etapa, unidade ou global) será definida no edital e no contrato, em consonância com o planejamento da SEMAS e a legislação vigente.

14.2. Prazos para pagamento

14.2.1. O prazo para pagamento das notas fiscais/faturas será de até 30 (trinta) dias, contados da data do atesto pela fiscalização contratual, desde que:

- a) o objeto correspondente esteja devidamente executado, instalado, testado e recebido (provisória ou definitivamente, conforme o caso); e
- b) a contratada apresente toda a documentação fiscal e trabalhista exigida, em situação regular.

14.2.2. Na hipótese de necessidade de correção de falhas ou complementação de documentos, o prazo de pagamento ficará suspenso, voltando a fluir a partir do saneamento da pendência, devidamente registrado em processo.

14.3. Documentação exigida para pagamento

14.3.1. Para cada fatura a ser paga, a contratada deverá apresentar, no mínimo:

- a) nota fiscal/fatura eletrônica emitida em conformidade com a legislação tributária, contendo referência ao número do contrato, processo administrativo e descrição sucinta dos serviços executados/etapas concluídas;
- b) comprovação de regularidade fiscal perante:
 - I. Fazenda Federal (incluindo Dívida Ativa da União);
 - II. Fazenda Estadual;
 - III. Fazenda Municipal;
- c) comprovação de regularidade perante o FGTS;
- d) comprovação de regularidade perante a Seguridade Social (INSS);
- e) comprovação de regularidade trabalhista (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT), quando exigível;
- f) demais documentos que venham a ser previstos no edital ou no contrato.

14.3.2. A ausência ou irregularidade de qualquer documento impedirá o pagamento até sua regularização, sem que disso decorra direito a correção monetária, juros ou indenização por parte da Administração, ressalvadas as hipóteses legais.

14.4. Atesto da fiscalização e condição para pagamento

14.4.1. O pagamento ficará condicionado ao atesto prévio da nota fiscal/fatura pelo fiscal técnico e/ou administrativo do contrato, que certificará:

- a) a efetiva execução dos serviços de instalação, configuração, testes, comissionamento e manutenção preventiva, conforme o caso;



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



- b) o atendimento às especificações técnicas e demais condições contratuais;
- c) a correção de eventuais pendências apontadas em relatórios de fiscalização.

14.4.2. Não será devido qualquer pagamento por serviços, materiais ou equipamentos que não tenham sido previamente autorizados pela Administração ou que tenham sido executados/empenhados à revelia do contrato.

14.5. Retenções legais e compensações

14.5.1. Sobre os valores a serem pagos incidirão as retenções tributárias previstas na legislação em vigor (impostos e contribuições federais, estaduais e municipais), sem prejuízo de outras retenções determinadas por norma específica.

14.5.2. A Administração poderá reter, compensar ou descontar dos pagamentos devidos:

- a) multas aplicadas em razão de infrações contratuais, após regular processo administrativo;
- b) valores relativos a danos causados à Administração ou a terceiros, quando cabível e após apuração;
- c) valores pagos a maior, por erro de cálculo ou qualquer outro motivo, devidamente identificados.

14.5.3. Caso o valor devido a título de multa ou indenização seja superior ao montante eventualmente existente em faturas pendentes de pagamento, a Administração poderá:

- a) cobrar a diferença da contratada por via administrativa; e/ou
- b) inscrever o débito em dívida ativa, se for o caso, sem prejuízo das demais medidas legais.

14.6. Correção monetária e juros por atraso imputável à Administração

14.6.1. Na hipótese de atraso no pagamento por responsabilidade exclusiva da Administração, após transcorrido o prazo previsto no subitem 14.2.1, o valor devido deverá ser atualizado monetariamente e acrescido de juros, nos termos da legislação aplicável à Fazenda Pública municipal, contados a partir do dia subsequente ao vencimento até a data do efetivo pagamento.

14.6.2. A atualização monetária e os juros incidirão apenas quando o atraso não decorrer de irregularidades imputáveis à contratada (como pendências fiscais, documentais ou técnicas).

14.7. Vedações

14.7.1. É vedado à contratada ceder créditos decorrentes do contrato, total ou parcialmente, a terceiros, sem prévia anuência da Administração e observância da legislação aplicável.

14.7.2. É vedado qualquer pagamento antecipado sem a correspondente contraprestação em bens/serviços, salvo hipóteses excepcionabilíssimas previstas em lei, devidamente justificadas e formalizadas, o que não se aplica, em regra, ao presente objeto.

15. CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

15.1. Disposições gerais



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



15.1.1. Para fins de participação na licitação e celebração do contrato decorrente deste Termo de Referência, as licitantes deverão comprovar o atendimento às condições de habilitação jurídica, regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, qualificação técnica e qualificação econômicofinanceira, nos termos da Lei nº 14.133/2021, do edital e demais normas aplicáveis.

15.1.2. Os documentos de habilitação serão apresentados na forma prevista no edital (original, cópia autenticada, publicação oficial ou meio eletrônico aceito pela Administração), admitida a utilização de cadastros unificados de fornecedores, quando disponíveis, observado o disposto na Lei nº 14.133/2021.

15.1.3. A exigência de habilitação limitar-se-á àquelas estritamente necessárias à garantia do cumprimento das obrigações, vedadas exigências excessivas ou desproporcionais ao objeto.

15.2. Habilitação jurídica (síntese)

15.2.1. Prova de inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis (Junta Comercial) ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme a natureza da licitante.

15.2.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, com alterações posteriores e, quando aplicável, consolidado, devidamente registrado.

15.2.3. Documentos de eleição ou designação dos administradores, quando não constarem do ato constitutivo.

15.3. Regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista (síntese)

15.3.1. Regularidade com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, na forma de certidões de débitos ou negativas/positivas com efeito de negativa, conforme legislação.

15.3.2. Prova de regularidade junto ao INSS (Seguridade Social) e ao FGTS.

15.3.3. Prova de regularidade trabalhista, por meio da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), quando exigível.

15.3.4. Outras certidões previstas em lei ou regulamentação específica, quando cabível, serão detalhadas no edital.

15.4. Qualificação técnica (síntese)

15.4.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade compatível em características, quantidades e prazos com o objeto licitado, por meio de atestados ou declarações fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que demonstrem experiência prévia na instalação e manutenção de sistemas de CFTV, alarmes eletrônicos e cercas elétricas, ou serviços equivalentes em complexidade.

15.4.2. Quando cabível, apresentação de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), em nome de profissional(is) da licitante, junto ao conselho profissional competente, compatível com o objeto.



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



15.4.3. Indicação de equipe técnica mínima, com comprovação de formação ou capacitação adequada para execução dos serviços, nos termos a serem detalhados no edital (por exemplo, certificados de cursos específicos em sistemas de segurança eletrônica, quando exigidos).

15.5. Qualificação econômico-financeira (síntese)

15.5.1. Comprovação de boa situação econômico-financeira, por meio de índices contábeis calculados a partir de balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, salvo empresa constituída no exercício em curso.

15.5.2. Apresentação de certidão negativa de falência e recuperação judicial ou extrajudicial, expedida por distribuidor da sede da licitante, nos prazos e condições a serem definidos no edital.

15.5.3. Outras exigências de natureza econômico-financeira, quando justificadas, serão especificadas no instrumento convocatório, observados os limites legais.

15.6. Declarações e demais exigências (síntese)

15.6.1. Declaração de que não emprega menor em situação proibida pela legislação (trabalho infantil), nos termos da Constituição Federal e legislação específica.

15.6.2. Declaração de cumprimento da legislação anticorrupção e de que não incorre em impedimentos para licitar e contratar com a Administração Pública.

15.6.3. Declaração de enquadramento como microempresa (ME), empresa de pequeno porte (EPP) ou equiparada, quando for o caso, para fins de aplicação do tratamento jurídico diferenciado previsto em lei, se adotado pelo edital.

15.6.4. Outras declarações que venham a ser necessárias em razão de normas específicas (ambientais, de segurança da informação, LGPD, etc.) poderão ser exigidas no edital, desde que compatíveis com o objeto.

15.7. Observações finais

15.7.1. A comprovação das condições de habilitação poderá ser substituída, total ou parcialmente, pelo registro atualizado em sistema de registro cadastral unificado ou próprio do Município, quando existente e aceito pelo edital, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

15.7.2. A falta ou irregularidade de documentos de habilitação, quando sanável, poderá ser suprida na forma e nos prazos previstos no edital e na legislação, observados os princípios da isonomia e da vinculação ao instrumento convocatório.

15.7.3. Os detalhes, modelos de declarações, prazos de validade de certidões e forma de apresentação dos documentos de habilitação serão definidos no edital da licitação, em consonância com este Termo de Referência e com a legislação vigente.

16. VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (SE ADOTADO SRP)

16.1. Vigência da ata



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



A Ata de Registro de Preços terá vigência de até 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, desde que devidamente justificada e autorizada pela autoridade competente, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

16.2. Limites de contratação

Durante o prazo de vigência da ata, a Administração poderá efetuar contratações com base nos preços registrados, observados os quantitativos máximos previstos no edital e neste Termo de Referência, sem obrigatoriedade de aquisição integral das quantidades estimadas.

16.3. Adesão por órgãos não participantes (carona)

Será admitida a adesão de outros órgãos ou entidades da Administração Pública, nos termos do art. 86 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada a vantagem econômica e justificada a necessidade, respeitados os limites legais e as condições estabelecidas no edital.

16.4. Revisão de preços registrados

Caso ocorra alteração significativa nos custos dos insumos ou fatores externos que impactem os preços registrados, poderá ser promovida revisão dos valores, mediante justificativa e procedimento formal, observados os arts. 124 e 125 da Lei nº 14.133/2021.

16.5. Extinção da ata

A ata será extinta ao término do prazo de vigência, por esgotamento dos quantitativos registrados, por rescisão consensual ou por descumprimento de cláusulas contratuais, conforme previsto na legislação e no edital.

17. REAJUSTE DE PREÇOS E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

17.1. Reajuste de preços

17.1.1. Os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados após o transcurso do interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data da apresentação da proposta ou da data do orçamento a que a proposta se referir, o que for anterior, em conformidade com o art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

17.1.2. O índice de reajuste a ser adotado será aquele definido no edital e no contrato (por exemplo, índice oficial de inflação de abrangência nacional), devendo guardar pertinência com a natureza dos custos do objeto contratado.

17.1.3. O reajuste, quando cabível, será aplicado de forma automática ou mediante solicitação da contratada, conforme dispuser o contrato, incidindo exclusivamente sobre os valores ainda não executados, vedada a retroatividade.

17.1.4. A aplicação do reajuste ficará condicionada à:

a) manutenção das condições de habilitação e regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada;



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



b) inexistência de impedimentos legais ou de determinação expressa em sentido contrário por órgão de controle competente.

17.2. Revisão de preços para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro

17.2.1. Independentemente do reajuste anual, poderá ser promovida revisão dos preços contratados para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nas hipóteses previstas no art. 124, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, em especial quando ocorrer:

- a) fato imprevisível, ou previsível porém de consequências incalculáveis, que altere de forma extraordinária e comprovada os custos da contratação;
- b) caso fortuito ou força maior, estranhos à vontade das partes, que repercutam diretamente na execução do objeto;
- c) fato do príncipe ou fato da Administração, assim caracterizados na legislação e na jurisprudência aplicáveis;
- d) alteração unilateral do contrato pela Administração que repercuta no equilíbrio econômico-financeiro inicialmente pactuado.

17.2.2. O pedido de revisão deverá ser formalizado pela parte interessada, devidamente instruído com:

- a) exposição detalhada dos fatos que motivam o desequilíbrio alegado;
- b) planilhas comparativas de custos antes e depois do evento superveniente;
- c) documentos comprobatórios (notas fiscais de insumos, tabelas de preços, estudos de mercado, laudos técnicos, entre outros);
- d) demonstração clara do impacto percentual e absoluto sobre o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

17.2.3. A Administração analisará o pedido de revisão com apoio dos setores técnico, de planejamento, de contabilidade/finanças, jurídico e controle interno, quando for o caso, podendo:

- a) deferir integralmente o pleito, com recomposição total do equilíbrio;
- b) deferir parcialmente, com recomposição apenas da parcela comprovadamente afetada;
- c) indeferir o pedido, mediante decisão fundamentada, quando não caracterizado o desequilíbrio ou não comprovados os pressupostos legais.

17.2.4. A revisão, quando reconhecida, produzirá efeitos ex nunc, a partir da data da formalização da decisão administrativa que a autorizar, vedada a retroação, salvo disposição legal em contrário devidamente fundamentada.

17.3. Procedimentos e formalização

17.3.1. Tanto o reajuste quanto a revisão de preços serão formalizados por termo aditivo ao contrato, observadas as regras da Lei nº 14.133/2021 e da legislação orçamentária e financeira vigente, com:

- a) indicação do novo valor unitário e total dos itens afetados;
- b) atualização dos valores globais da contratação;
- c) registro das justificativas técnicas e jurídicas que fundamentaram a decisão.



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



17.3.2. A celebração de termo aditivo para reajuste ou revisão dependerá da existência de prévia e suficiente dotação orçamentária e de saldo de crédito orçamentário e financeiro, não podendo implicar descumprimento dos limites de despesa fixados na Lei de Responsabilidade Fiscal e normas correlatas.

17.3.3. Em nenhuma hipótese o reajuste ou a revisão de preços poderá ser utilizado para corrigir erros de proposta, omissões ou deficiências de planejamento atribuíveis à contratada, nem para incorporar expectativa de lucro adicional desvinculada de efetivo desequilíbrio econômico-financeiro.

18. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

18.1. Critério de julgamento

18.1.1. O julgamento das propostas, no âmbito do Pregão Eletrônico, observará o critério de menor preço, na forma a ser definida no edital, preferencialmente:

- a) menor preço por item; ou
- b) menor preço por lote, quando tecnicamente justificado em razão da integração do sistema (CFTV, alarme e cerca elétrica) e da necessidade de solução única por unidade ou conjunto de unidades.

18.1.2. O edital indicará expressamente se o julgamento será por item ou por lote, devendo a proposta da licitante abranger todos os itens que compõem o objeto correspondente, sob pena de desclassificação quando a solução demandar integralidade técnica.

18.2. Composição e forma da proposta

18.2.1. As propostas deverão:

- a) apresentar descrição técnica dos serviços e sistemas ofertados, em conformidade com as especificações mínimas deste Termo de Referência e do Estudo Técnico Preliminar, vedada a indicação de marcas;
- b) discriminar, de forma clara, os valores unitários e totais de cada item ou lote, já incluídos todos os encargos (materiais, mão de obra, tributos, fretes, seguros, deslocamentos, ferramentas e demais custos necessários à perfeita execução);
- c) explicitar eventuais premissas ou condições relevantes consideradas na formação dos preços, desde que não contrariem o edital;
- d) indicar o prazo de validade da proposta, em consonância com o edital (por exemplo, 60 dias).

18.2.2. Não serão aceitas propostas que condicionem preços a quantidades mínimas não previstas ou que imponham condições incompatíveis com o edital, com a Lei nº 14.133/2021 ou com este Termo de Referência.

18.3. Conformidade técnica mínima

18.3.1. Somente serão consideradas aceitáveis as propostas que atendam, no mínimo, às seguintes condições técnicas:

- a) fornecimento de sistema de CFTV com câmeras IP internas e externas em resolução Full HD, com capacidade de operação em baixa luminosidade, NVR com capacidade para o número de



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



câmeras previsto e armazenamento mínimo de 30 dias, monitor dedicado e infraestrutura lógica e elétrica completa;

b) fornecimento de sistema de alarme inteligente integrável ao CFTV e à cerca elétrica, com centrais, sensores de abertura e presença, sirenes e demais componentes em quantidade e características compatíveis com o escopo;

c) fornecimento e instalação de cerca elétrica perimetral com 4 fios, centrais eletrificadoras, hastes, isoladores, fios apropriados, aterramento e sinalização de advertência, conforme normas técnicas;

d) inclusão de serviços de instalação, configuração, testes, comissionamento, treinamento básico de servidores e manutenção preventiva trimestral durante 12 meses;

e) atendimento às normas técnicas e de segurança (ABNT NBR 5410, normas específicas de CFTV, alarmes, cercas eletrificadas, NR-10, NR-17 e demais aplicáveis);

f) observância das diretrizes de segurança da informação e da LGPD referentes ao tratamento de imagens e dados.

18.3.2. Propostas que apresentarem soluções tecnicamente inferiores às especificações mínimas (por exemplo, câmeras com resolução inferior, ausência de manutenção preventiva, ausência de integração entre subsistemas, armazenamento inferior a 30 dias, falta de cerca elétrica onde prevista) serão desclassificadas por desconformidade técnica.

18.4. Limites de preço e análise de exequibilidade

18.4.1. Serão desclassificadas as propostas que:

a) apresentarem preço global, por lote ou por item superior ao valor máximo definido pela Administração com base na pesquisa de preços constante do Estudo Técnico Preliminar e do orçamento estimado;

b) ofertarem preços manifestamente inexecutáveis, assim considerados aqueles que, comprovadamente, não comportem a cobertura dos custos mínimos necessários à execução do objeto, em conformidade com os parâmetros de mercado e com os custos diretos e indiretos envolvidos.

18.4.2. Na identificação de possível inexecutabilidade, poderá ser exigida da licitante a apresentação de planilhas de composição de custos e outros elementos de formação de preços, para demonstração da viabilidade da proposta, na forma e prazos definidos no edital.

18.4.3. Na hipótese de a licitante não comprovar a exequibilidade de sua proposta ou de esta se revelar incompatível com a realidade do mercado, a proposta será desclassificada, mediante decisão fundamentada.

18.5. Vedação a especificação por marca e equivalência técnica

18.5.1. As licitantes deverão formular propostas com base em especificações técnicas funcionais, vedada a indicação de marcas ou modelos específicos, salvo nas hipóteses legais de padronização devidamente justificadas em processo próprio.

18.5.2. Eventuais referências a marcas constantes de documentos de pesquisa de preços ou orçamentos servirão apenas como parâmetro de desempenho e qualidade, devendo ser aceitos quaisquer produtos tecnicamente equivalentes ou superiores, desde que comprovada a equivalência às especificações mínimas.



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



18.6. Regularidade da documentação e compatibilidade com o TR

18.6.1. Além da conformidade técnica e dos preços aceitáveis, constituem requisitos de aceitabilidade da proposta:

- a) atendimento integral às condições deste Termo de Referência, do edital e da minuta de contrato;
- b) ausência de ressalvas, condicionantes ou omissões que comprometam a compreensão do objeto ou o cumprimento das obrigações;
- c) coerência entre a proposta comercial, as especificações técnicas apresentadas e as condições de execução (prazos, equipe, manutenção preventiva).

18.6.2. Propostas que contrariem disposições legais, que apresentem cláusulas próprias em desacordo com o edital ou que tentem transferir à Administração riscos ou encargos que cabem à contratada serão desclassificadas.

18.7. Critérios de desempate

18.7.1. Em caso de empate entre propostas, aplicar-se-ão os critérios de desempate previstos na Lei nº 14.133/2021 e no edital, podendo incluir, por exemplo:

- a) preferência para microempresas e empresas de pequeno porte, quando cabível;
- b) sorteio público, como último critério, entre as propostas empatadas.

18.7.2. Os detalhes dos critérios de desempate serão definidos no edital, em conformidade com a legislação vigente.

19. DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. Regência legal e hierarquia dos instrumentos

19.1.1. A contratação decorrente deste Termo de Referência será regida pela Lei nº 14.133/2021, pela legislação municipal aplicável, pelo edital da licitação, pela proposta vencedora e pelo contrato, observada a seguinte ordem de prevalência em caso de conflito:

- a) legislação vigente;
- b) edital e seus anexos (incluindo este Termo de Referência, o Estudo Técnico Preliminar ETP nº 01/2026 e o Documento de Formalização da Demanda DFD);
- c) contrato;
- d) proposta da contratada.

19.1.2. As disposições deste Termo de Referência complementam o edital e o contrato, não podendo afastar ou contrariar o disposto na Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

19.2. Alterações do objeto, prazos e quantidades

19.2.1. Qualquer alteração do objeto, das especificações técnicas, dos prazos de execução, das quantidades estimadas ou das demais condições pactuadas dependerá de prévia autorização da autoridade competente e será formalizada por termo aditivo, na forma dos arts. 124 a 137 da Lei nº



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



14.133/2021, vedadas alterações unilaterais que desfigurem o objeto ou violem o equilíbrio econômico-financeiro.

19.2.2. Não será admitida alteração contratual informal, tácita ou baseada apenas em entendimentos verbais entre representantes da Administração e da contratada.

19.2.3. Eventuais acréscimos ou supressões de quantitativos observarão os limites e hipóteses previstos em lei, bem como a disponibilidade orçamentária e financeira.

19.3. Comunicação e publicidade dos atos

19.3.1. As comunicações oficiais entre Administração e contratada deverão ocorrer por meio escrito (ofício, email institucional, sistema eletrônico de processos ou outro meio formal previsto), com registro em processo administrativo próprio.

19.3.2. As fases da licitação e da execução contratual observarão os princípios da transparência e publicidade, resguardadas as informações sigilosas ou protegidas pela LGPD, especialmente aquelas relacionadas a imagens e dados pessoais captados pelo sistema de monitoramento eletrônico.

19.4. Uso dos sistemas e responsabilidade pela operação

19.4.1. A operação cotidiana dos sistemas de CFTV, alarme inteligente e cerca elétrica será de responsabilidade da SEMAS, por meio de servidores designados, cabendo à contratada apenas a instalação, a configuração e o suporte/manutenção, nos limites do contrato.

19.4.2. A Administração compromete-se a utilizar os sistemas em conformidade com a legislação de proteção de dados, normas internas e orientações de segurança, abstendo-se de usos indevidos das imagens e registros gerados.

19.5. Sigilo, proteção de dados e responsabilidade

19.5.1. A contratada e seus prepostos deverão manter sigilo sobre quaisquer dados, imagens, informações técnicas ou administrativas às quais tiverem acesso em razão da execução do contrato, sendo vedada sua utilização para fins estranhos ao objeto ou sua divulgação a terceiros não autorizados.

19.5.2. A Administração zelar pelo cumprimento da LGPD no tratamento de imagens e registros, adotando normas internas sobre perfis de acesso, prazos de guarda e descarte e procedimentos em caso de incidentes de segurança da informação.

19.5.3. O descumprimento das obrigações de sigilo e proteção de dados sujeitará a parte infratora às sanções administrativas, civis e penais cabíveis, sem prejuízo da rescisão contratual quando for o caso.

19.6. Integração com o planejamento e documentos acessórios

19.6.1. Integram o presente Termo de Referência, para todos os fins, como anexos:



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



- a) Estudo Técnico Preliminar ETP nº 01/2026;
- b) Documento de Formalização da Demanda DFD;
- c) planilhas de quantitativos e custos estimados;
- d) matriz de riscos, quando formalizada em documento apartado;
- e) demais documentos técnicos que venham a ser expressamente indicados no edital.

19.6.2. Em caso de divergência entre o Termo de Referência e os anexos, prevalecerá a interpretação que melhor atenda ao interesse público, às finalidades da contratação e à legislação, devendo a situação ser sanada por meio de ajuste formal, se necessário.

19.7. Foro e solução de controvérsias

19.7.1. As controvérsias decorrentes da execução do contrato serão, preferencialmente, solucionadas por meio de diálogo institucional, reuniões de alinhamento, mediação administrativa interna e demais mecanismos consensuais previstos em regulamento, antes do acionamento do Poder Judiciário.

19.7.2. Não sendo possível a solução administrativa consensual, fica eleito o foro da Comarca de Vilhena/RO, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir eventuais litígios oriundos do contrato.

19.8. Omissões e interpretação

19.8.1. Os casos omissos neste Termo de Referência serão resolvidos com fundamento na Lei nº 14.133/2021, na legislação correlata, nos princípios da administração pública e nas orientações dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno do Município.

19.8.2. Em qualquer hipótese, será observado o princípio da supremacia do interesse público, sem prejuízo da preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato e dos direitos da contratada assegurados em lei.

19.9. Prazos a serem definidos

19.9.1. Os prazos específicos para:

- a) conclusão da instalação, configuração, testes e comissionamento dos sistemas;
- b) início da contagem das manutenções preventivas;
- c) demais marcos de execução;

20. MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO

20.1. A contratação decorrente deste Termo de Referência será precedida de licitação na modalidade **Pregão Eletrônico**, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e legislação municipal aplicável, com adoção do **Sistema de Registro de Preços (SRP)**.

20.2. O critério de julgamento das propostas será o de **menor preço por lote, tecnicamente justificado em razão da integração do sistema (CFTV, alarme e cerca elétrica) e da necessidade de solução única por unidade ou conjunto de unidades**.



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



20.3. O enquadramento do objeto como **bem e serviço comum de tecnologia da informação e segurança eletrônica** fundamenta-se na existência de padrões usuais de mercado, especificações objetivas e amplamente disponíveis, permitindo a definição de requisitos de desempenho e qualidade suficientemente claros para julgamento por menor preço, conforme Estudo Técnico Preliminar ETP nº 01/2026.

20.4. As condições detalhadas de participação, habilitação, julgamento, recursos, contratação e gestão da Ata de Registro de Preços serão disciplinadas no edital do Pregão Eletrônico e na minuta de contrato, observadas as disposições deste Termo de Referência, da Lei nº 14.133/2021 e das normas internas do Município.

21. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

21.1. Para fins de observância do princípio da segregação de funções e de transparência na fase de planejamento da contratação, declara-se que este Termo de Referência foi elaborado pelo servidor:

Nome: Delfino de Paula Siqueira

Cargo/Função: Assessor Executivo

Matrícula: 405822

Unidade/Órgão: Secretaria Municipal de Assistência Social SEMAS

E-mail institucional: delfinosiqueira139@gmail.com

21.2. O responsável pela elaboração deste Termo de Referência atua na fase de planejamento, não participando dos atos de julgamento de propostas, adjudicação ou homologação, em consonância com as normas de segregação de funções adotadas pelo Município.

Apêndice do Anexo I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(ID-858024)



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



ANEXO II

DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

PREGÃO ELETRONICO Nº 71/2026.

PROCESSO Nº. 940/2026.

Objeto: Futura e eventual contratação de empresa especializada para fornecimento, instalação, configuração, testes, comissionamento e manutenção preventiva de sistema de monitoramento eletrônico integrado, e assim atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS, assim como segue:

Valor Total do lote R\$: 222.614,29 (duzentos e vinte e dois mil, seiscentos e quatorze reais e vinte e nove centavos)

LOTE 01 – SISTEMA DE CFTV E SERVIÇOS

Item	Descrição do Produto	Qte	Unidade	Marca	Valor Unit.	Valor Total
1	Futura e eventual contratação de empresa especializada para a instalação de sistemas de vigilância eletrônica, incluindo NVRs com capacidade para 16 câmeras, câmeras IP Full Color, fornecimento de HDs para gravar 30 dias diretos, Grau de proteção para câmeras externas: IP67 ou equivalente, Alimentação em PoE, Fontes de alimentação, bateria 45Ah, cabos, Switch PoE, Mini rack de parede com chave para guardar o NVR, conectores, eletrodutos/canaletas, suportes e materiais de fixação necessários ao perfeito funcionamento do sistema e 01 (um) monitor/tv de 32" de vídeo. Incluindo Serviços: instalação, configuração, testes, comissionamento e treinamento básico dos servidores indicados.	2	SERV		49.467,60	98.935,20
2	Futura e eventual contratação de empresa especializada para a instalação de sistemas de vigilância eletrônica, incluindo NVRs com capacidade para 08 câmeras, câmeras IP Full Color, fornecimento de HDs para gravar 30 dias diretos, Grau de proteção para câmeras externas: IP67 ou equivalente, Alimentação em PoE, Fontes de alimentação, bateria 45Ah, cabos, Switch PoE, Mini rack de parede com	2	SERV		31.184,19	62.368,38



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA

Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



	chave para guardar o NVR, conectores, eletrodutos/canaletas, suportes e materiais de fixação necessários ao perfeito funcionamento do sistema e 01 (um) monitor/tv de 32" de vídeo. Incluindo Serviços: instalação, configuração, testes, comissionamento e treinamento básico dos servidores indicados.					
3	Instalação do sistema de cerca elétrica para Mini academia: 352,58 m². Contendo a Central eletrificadora de cerca, tensão de saída, pulsos e corrente dentro dos limites de segurança definidos em norma técnica, possibilidade de acionamento de sirene/alarme e chave ou senha para acesso restrito ao painel de controle. Infraestrutura perimetral:hastes, isoladores, fios de aço apropriados, cabos de alta isolação,aterramento adequado,placas de advertência em quantidade suficiente, conforme normas de segurança e materiais de fixação e proteção contra intempéries.	86,4	MTL		69,88	6.037,63
4	Instalação do sistema de cerca elétrica para Centro dos idosos: 1.871,98 m². Contendo a Central eletrificadora de cerca, tensão de saída, pulsos e corrente dentro dos limites de segurança definidos em norma técnica, possibilidade de acionamento de sirene/alarme e chave ou senha para acesso restrito ao painel de controle. Infraestrutura perimetral:hastes, isoladores, fios de aço apropriados, cabos de alta isolação,aterramento adequado,placas de advertência em quantidade suficiente, conforme normas de segurança e materiais de fixação e proteção contra intempéries.	199,03	MTL		46,00	9.155,38
5	Instalação do sistema de cerca elétrica para CRAS atual: 1.113,88 m². Contendo a Central eletrificadora de cerca, tensão de saída, pulsos e corrente dentro dos limites de segurança definidos em norma técnica, possibilidade de acionamento de sirene/alarme e chave ou senha para acesso restrito ao painel de controle. Infraestrutura perimetral:hastes, isoladores, fios de aço apropriados, cabos de alta isolação,aterramento	153,52	MTL		54,86	8.422,11



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



	adequado, placas de advertência em quantidade suficiente, conforme normas de segurança e materiais de fixação e proteção contra intempéries.					
6	Instalação do sistema de cerca elétrica para Casa do abrigo: 452,70 m². Contendo a Central eletrificadora de cerca, tensão de saída, pulsos e corrente dentro dos limites de segurança definidos em norma técnica, possibilidade de acionamento de sirene/alarme e chave ou senha para acesso restrito ao painel de controle. Infraestrutura perimetral: hastes, isoladores, fios de aço apropriados, cabos de alta isolamento, aterramento adequado, placas de advertência em quantidade suficiente, conforme normas de segurança e materiais de fixação e proteção contra intempéries.	97,87	MTL		61,82	6.050,32
7	Instalação do sistema de cerca elétrica para CRAS em reforma: 1.268,00 m². Contendo a Central eletrificadora de cerca, tensão de saída, pulsos e corrente dentro dos limites de segurança definidos em norma técnica, possibilidade de acionamento de sirene/alarme e chave ou senha para acesso restrito ao painel de controle. Infraestrutura perimetral: hastes, isoladores, fios de aço apropriados, cabos de alta isolamento, aterramento adequado, placas de advertência em quantidade suficiente, conforme normas de segurança e materiais de fixação e proteção contra intempéries.	163,78	MTL		54,76	8.968,59
8	Central de alarme inteligente, integrável a CFTV e cerca elétrica, 15 Sensores magnéticos de abertura para portas e janelas, 4 Sensores de presença para áreas internas, 2 Dispositivos de alerta sonoro (sirenes internas e/ou externas), todo material necessário para instalação e já um treinamento incluído e já com 4 Manutenção preventiva.	4	UN		5.669,17	22.676,68

Prazo de validade da proposta (60) sessenta dias.

Declaramos, ainda, que estamos enquadrados no Regime de Tributação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, conforme estabelece o Art. 3º da Lei Complementar 123, de 14 de Dezembro de 2006.



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA

Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



[Somente na hipótese de o licitante ser Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (ME/EPP)].

Declaramos, para todos os fins de direito, que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação e que nossa proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório (edital).



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



ANEXO III

CARTA PROPOSTA PARA FORNECIMENTO

À Prefeitura de Chupinguaia – RO:
Prezados Senhores,

Ref.: **PREGÃO ELETRÔNICO nº 71/2026**– Setor de Licitações - Carta-Proposta de Fornecimento.

Apresentamos nossa proposta para fornecimento do item abaixo discriminado, conforme Anexo 01, que integra o instrumento convocatório da licitação em epígrafe.

OBJETO: Futura e eventual contratação de empresa especializada para fornecimento, instalação, configuração, testes, comissionamento e manutenção preventiva de sistema de monitoramento eletrônico integrado, e assim atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS, de acordo com todas as especificações técnicas descrita no Termo de Referência, Estudo Técnico Preliminar e Edital **com fundamentação legal na Lei Federal nº 14.133/21**.

1. IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

RAZÃO SOCIAL:
CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL:
REPRESENTANTE E CARGO:
CARTEIRA DE IDENTIDADE E CPF:
ENDEREÇO e TELEFONE:
E-MAIL:
AGÊNCIA e Nº DA CONTA BANCÁRIA:

2. CONDIÇÕES GERAIS

2.1. A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

PREÇO (READEQUADO AO LANCE VENCEDOR)

Deverá ser cotado, preço unitário e total, de acordo com o **Anexo 01** do Edital.
A proposta terá validade de 60 (sessenta) dias, a partir da data de abertura do pregão.

PROPOSTA: R\$ (Por extenso)

2.2 O preço proposto acima contempla todas as despesas necessárias ao pleno fornecimento, tais como os encargos (obrigações sociais, impostos, taxas etc.), cotados separados e incidentes sobre o fornecimento.

LOCAL E DATA

ASSINATURA E CARIMBO DA PROPONENTE

(OBS.: REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA)



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



ANEXO IV

(apresentar em papel timbrado da empresa licitante)

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL (MODELO)

É OBRIGATÓRIO o envio deste ANEXO IV junto aos documentos de habilitação, pois o mesmo é utilizado para elaboração do contrato da empresa vencedora.

Referente: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 71/2026.

A apresenta, a seguir, os dados da empresa (Nome completo da empresa) seu (s) representante (s) legal (is) para assinatura do eventual contrato:

NOME(S):

CARGO(S):

NACIONALIDADE(S):

ESTADO CIVIL:

PROFISSÃO:

RG:

CIC:

RESIDÊNCIA (Domicílio):

Confirmamos, a seguir, os dados da empresa para efeito do eventual CONTRATO:

RAZÃO SOCIAL:

C.G.C. Nº.:

FONE:

FAX:

ENDEREÇO COMERCIAL:

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:

Rua/Av.:

N.º:

E-mail:

Município:

Estado:

CEP.:

Conta Corrente:

Cód. Agência:

Banco:

Declaramos que os dados são de nossa inteira responsabilidade e responderemos, na forma da Lei, por qualquer prejuízo decorrente de falsidade de informações.

Cidade de Origem, ____ de _____ de 2026.

.....
(Assinatura do representante legal e carimbo)

- Obs. 1: Apresentar os dados evitando-se abreviaturas ou iniciais;**
Obs. 2: Apresentar este documento em papel timbrado da Empresa Licitante;
Obs. 3: A ausência deste documento não implica em desclassificação.



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



(apresentar em papel timbrado da empresa licitante)

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES

REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 71/2026.

DECLARAÇÃO

(NOME DA EMPRESA) _____, CGC nº _____, sediada na _____ (endereço completo) _____, declara, sob as penas da lei, que até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Assinatura do Representante Legal da Licitante

Número da RG do Representante Legal da Licitante

- Obs. 1:** Apresentar os dados evitando-se abreviaturas ou iniciais;
Obs. 2: Esta declaração terá que ser apresentada junto com a “Documentação de Habilitação”



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



(apresentar em papel timbrado da empresa licitante).

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO ÀS NORMAS RELATIVAS AO TRABALHO DO MENOR

REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 71/2026.

A empresa (nome da empresa), inscrita no CNPJ nº. _____, por intermédio de seu representante legal, DECLARA, para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº. 14.133/21, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

OBSERVAÇÃO: Se a licitante possuir menores de 16 anos aprendizes deverá declarar essa condição. Esta declaração deverá ser emitida em papel que identifique a licitante ou que tenha o carimbo do CNPJ.

.....
(data)

.....
(representante legal)

- Obs. 1: Apresentar os dados evitando-se abreviaturas ou iniciais;
Obs. 2: Esta declaração terá que ser apresentada junto com a “Documentação de Habilitação”



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE VÍNCULO

REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 71/2026.

Eu, _____, portador (a)
do RG nº _____, inscrito (a) no CPF sob o nº _____,
representante da
empresa: _____, CNPJ sob o
nº _____. Declaro para os devidos fins que se fizerem necessários junto
às autoridades e órgãos competentes que não possuo vínculo empregatício, e nem tenho sócios,
sócio-administrador, cotistas, acionista ou comanditário no quadro desta empresa que tenham
vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal de Chupinguaia.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente DECLARAÇÃO.

Cidade de Origem, ____ de _____ de 2026.

.....
(Assinatura do representante legal e carimbo)

Obs. 1: Apresentar os dados evitando-se abreviaturas ou iniciais;

Obs. 2: Esta declaração terá que ser apresentada junto com a “Documentação de Habilitação”



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E COMPROMISSO – ART. 59-A DO ECA

Declaramos, para os devidos fins, que esta empresa tem pleno conhecimento das disposições contidas no art. 59-A da Lei nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, comprometendo-se a exigir, manter e atualizar, a cada 6 (seis) meses, as certidões de antecedentes criminais de todos os colaboradores vinculados à execução contratual, sempre que houver atuação com crianças e adolescentes.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente DECLARAÇÃO.

Cidade de Origem, __ de _____ de 2026.

.....

(Assinatura do representante legal e carimbo)

Obs. 1: Apresentar os dados evitando-se abreviaturas ou iniciais;

Obs. 2: Esta declaração terá que ser apresentada junto com a “Documentação de Habilitação”



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



ANEXO IX

MINUTA CONTRATO _____/2026.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 940/2026.

MINUTA DO CONTRATO

EMENTA: CONTRATO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, TESTES, COMISSIONAMENTO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE SISTEMA DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO INTEGRADO, E ASSIM ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SEMAS, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DE CHUPINGUAIA E A EMPRESA

O MUNICÍPIO DE CHUPINGUAIA – ESTADO DE RONDÔNIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ/MF nº 01.587.887/0001-29, com sede Administrativa na Avenida 27, nº 1133, Centro, nesta cidade, daqui por diante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal Sr. **WESLEY WANDERLEY DA COSTA GONÇALVES**, portador do CPF nº. 023.56.642-08, e de outro lado a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, com _____ sede a _____, em _____, Estado de _____, doravante denominada de **CONTRATADA**, representada neste ato pelo Srº(a). _____, portador do CPF nº _____, resolvem celebrar o presente instrumento.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO (art. 55, inciso I).

O presente contrato tem por objeto a futura e eventual contratação de empresa especializada para fornecimento, instalação, configuração, testes, comissionamento e manutenção preventiva de sistema de monitoramento eletrônico integrado, e assim atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO E OS CASOS OMISSOS (art. 92).

O respaldo jurídico do presente Contrato encontra-se consubstanciado na Lei Federal nº 14.133, de 01 de Abril de 2021, pelo Decreto Municipal nº 2701 de 04 de janeiro de 2024, e Lei Complementar 123/2006 e alterações posteriores.

§ 1º - Os casos omissos, que por ventura, vierem a existir serão comunicados ao Excelentíssimo Sr. Prefeito, que o encaminhará à Assessoria Jurídica do Município para se



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



pronunciar, devendo ser resolvido nos moldes da legislação vigente e que não contrariem o interesse público.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO, FORNECIMENTO E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO (art. 18):

1.1 CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

Conforme o estabelecido nos itens 07 e 08 do Termo de Referência – Anexo I do Edital.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DOS CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA E REAJUSTAMENTO (art. 92, inciso V).

A Contratante pagará a Contratada o valor de R\$ _____ (_____), para o fornecimento dos materiais e execução, previstos na cláusula primeira. Sendo da seguinte forma:

- a) O pagamento será efetuado em parcela única, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pelo Contratado, à vista da fatura/nota fiscal por ele apresentada, devidamente certificada, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes, observada ainda a ordem cronológica de sua exigibilidade.
- b) O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias consecutivos, contados a partir da apresentação da fatura/nota fiscal.
- c) Deve acompanhar a fatura toda documentação necessária à comprovação de que o contratado mantém-se regular em todas as condições previstas para habilitação no certame.
- d) O pagamento somente será efetuado se houver o aceite/certificação do Fiscal do Contrato e Comissão de Recebimento na fatura/nota fiscal e a documentação da empresa estiver regular. Se a fatura/nota fiscal não for apresentada ou for apresentada em desacordo ao contratado, com irregularidades ou ainda se a documentação da empresa estiver irregular, o prazo para o pagamento será interrompido até que a Contratada providencie as medidas saneadoras necessárias a sua regularização formal, não implicando qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Chupinguaia.
- e) Saneadas a irregularidades, o prazo será contado do início a partir da data de protocolo da comunicação escrita da regularização das falhas e omissões pelo contratado.
- f) Considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data de emissão da ordem bancária.
- g) A nota fiscal ou nota fiscal-fatura deverá ser entregue na sede do Contratante, aos cuidados do responsável pela Secretaria contratante.
- h) O Contratante poderá sustar o pagamento de qualquer fatura, no todo ou em parte, nos casos de:
 - I – Existência de qualquer débito para com o Contratante; e
 - II – Execução do objeto em desacordo com as condições contratadas.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA (art. 84).

O prazo de vigência do contrato será realizado de acordo com as necessidades da demandante.



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



No ato da prorrogação da vigência da ata de registro de preços, poderá haver a renovação dos quantitativos, até o limite do quantitativo original, ainda deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo, conforme enunciado CJF 42/2023.

CLÁUSULA SEXTA – DO CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ A DESPESA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

A presente despesa correrá por conta das seguintes dotações:

a) O valor orçado para a contratação visada no presente Termo de Referência constará de Quadro Resumo de Preços elaborado pela SEMAS, elaborado com base em orçamentos recebidos de empresas especializadas, em pesquisas de mercado e mediante consulta a contratos e atas de registro de preços firmados por órgãos públicos, disponibilizados em suas páginas na internet ou em bancos de preços.

b) A despesa decorrente de eventual contratação correrá por conta dos recursos consignados as Secretarias Municipais Participante e não participantes, pela Lei Orçamentária Anual do Município de Chupinguaia, o que englobará Recursos Livres, e Recursos Vinculados tanto Estaduais quanto Federais.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO DIREITO E RESPONSABILIDADE DAS PARTES (art. 89, §2º).

A Contratante se obriga a:

Conforme o estabelecido no Item 13 do Termo de Referência – Anexo I do Edital.

DAS OBRIGAÇÕES DO LICITANTE VENCEDOR E GARANTIA.

Conforme o estabelecido no Item 12 do Termo de Referência – Anexo I do Edital.

1.1 - DA GARANTIA DOS PRODUTOS

Conforme o estabelecido no sub-item 12.8 do Termo de Referência – Anexo I do Edital.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES E MULTAS e EQUILIBRIO FINANCEIRO (Art. 155 e 156).

- a) À CONTRATADA que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir os preceitos legais, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados e comprovados, aplicar-se-ão as seguintes penalidades, conforme a natureza e gravidade da falta cometida e sem prejuízo de outras sanções pertinentes à espécie (prescrita pela Lei Federal nº 14.133/21 e demais normas cogentes).
- I. Advertência;
 - II. Multa moratória, nos seguintes percentuais:
- b) No atraso injustificado da entrega do objeto contratado, ou por ocorrência de descumprimento contratual, 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia sobre o valor total do empenho, limitado a 10% (dez por cento);



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



- c) Nas hipóteses em que o atraso injustificado no adimplemento das obrigações seja medido em horas, aplicar-se-á mora de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por hora sobre o valor total do empenho, limitado a 10% (dez por cento);
- d) No caso de atraso injustificado para substituição do objeto, 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor do empenho, incidência limitada a 10 (dez) dias;
- e) Na hipótese de atraso injustificado para substituição do objeto, superior a 10 (dez) dias, 8% (oito por cento) sobre o valor do empenho.
- f) Em caso de reincidência no atraso de que tratam as alíneas “a”, “b” e “c” quando da ocorrência do 3º (terceiro) atraso, poderá ser aplicada sanção mais grave prevista no inciso III deste item, concomitantes e sem prejuízo de outras cominações;
- g) Caso a multa a ser aplicada ultrapasse os limites fixados nas alíneas “a” e “b”, poderá ser aplicada sanção mais grave prevista no inciso III deste item, concomitantes e sem prejuízo de outras cominações.
- h) Multa contratual, por inadimplemento absoluto das obrigações, nos seguintes percentuais:
 - i) Pelo descumprimento total, 20% sobre o valor contratado;
 - j) Pelo descumprimento parcial, até 10% sobre o valor do contrato, levando em consideração para fixação do valor final, a relevância da parcela inadimplida – aplicável apenas em hipóteses excepcionais, devidamente fundamentadas;
- k) Caracteriza-se como inadimplemento absoluto, descumprimento total, a hipótese da empresa se recusar a formalizar o contrato no prazo estabelecido pela Contratante, durante a vigência do registro.
- l) Suspensão Temporária de Participação em Licitação e Impedimento de Contratar com a Administração, prevista no artigo 156, da Lei nº 14.133/21, por prazo não superior a 2 (dois) anos, aplicado conforme a gravidade das faltas cometidas.
- m) Impedimento de Licitar e Contratar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, aplicado conforme a gravidade das faltas cometidas;
- n) Declaração de Inidoneidade Para Licitar e Contratar com a Administração Pública, prevista no artigo 156, IV, da Lei nº 14.133/21.
- o) A aplicação de quaisquer das penalidades ora previstas não impede a rescisão contratual.
- p) A aplicação das penalidades será precedida da concessão de oportunidade para exercício da ampla defesa e do contraditório, por parte da CONTRATADA, na forma da lei.
- q) Reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada.
- r) Os prazos para adimplemento das obrigações consignadas no presente Instrumento Convocatório admitem prorrogação nos casos e condições especificados no art. 105 da Lei nº 14.133/21, devendo a solicitação dilatória, sempre por escrito, ser fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, recebida contemporaneamente ao fato que ensejá-la, sendo considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.
- s) As multas, aplicadas após regular processo administrativo, serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos a CONTRATADA.
- t) Nos termos da lei 14.133/21, será admitida a retenção cautelar de valor devido a título de multa por atrasos injustificados na execução contratual, até o esgotamento do processo administrativo. As multas devidas serão descontadas do valor das faturas para pagamento, ou quando não existir crédito da empresa CONTRATADA perante o CONTRATANTE, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da intimação.



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



- u) Os procedimentos a serem adotados no âmbito da PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA para a apuração de falta contratual no fornecimento de bens e serviços observarão o disposto na lei de licitações.

1.1 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (Art's. 155 e 156)

01 – Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

02 – Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

IV. Multa:

1. moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento) dias;

2. moratória de 1,0% (Zero vírgula por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 20% (vinte por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

I. O atraso superior a 20 (vinte) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

3. compensatória de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



03 – A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

04 – Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

05 – Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

06 – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

07 – Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

08 – A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

09 – Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10 – Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

11 – A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12 – O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



13 – As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

14 – Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

- a) De acordo com o artigo 65, inciso II, alínea d esclarecemos que para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.
- b) Os preços permanecerão, em regra, invariáveis pelo período de 12 (doze) meses, salvo quando houver disciplinamento diverso oriundo da legislação vigente;
- c) O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado;
- d) Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Prefeitura de Chupinguaia convocará a empresa beneficiária da presente Ata visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- e) Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;
- f) Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e a empresa, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a Prefeitura de Chupinguaia a liberará do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, desde que a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO E GARANTIA CONTRATUAL (art. 82).

1.1 DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- a) A fiscalização será exercida no interesse da Administração e não exclui nem reduz a responsabilidade da licitante vencedora, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos;
- b) O fornecimento dos produtos será supervisionado, fiscalizado e atestado pelo **Secretário Municipal de cada órgão participante** e Fiscais do contrato designados para tal finalidade, observando-se o exato cumprimento de todas as cláusulas e condições decorrentes do contrato celebrado, anotando, inclusive em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do mesmo, determinando o que for necessário à regularização das falhas observadas, como prevê o artigo 82 da Lei 14.133/21.



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



1.2 DA GARANTIA CONTRATUAL

- a) A Licitante vencedora do certame poderá, a critério da **Prefeitura Municipal de Chupinguaia**, prestar garantia relativa ao percentual de 5% (cinco por cento) do seu valor total no ato de assinatura do instrumento contratual, conforme disposto no Art. 98, da Lei 14.133/21, em uma das modalidades definidas no caput.
- b) A Contratada deverá apresentar a Garantia no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data de assinatura do instrumento contratual.
- c) A garantia oferecida deverá permanecer íntegra ao longo de toda execução do contrato. Caso seja utilizada para caucionar os interesses da **Prefeitura Municipal de Chupinguaia**, a Contratada deverá apresentá-la em 48h (quarenta e oito) horas, nos exatos termos inicialmente pactuados;
- d) Fica vedado à Contratada pactuar com terceiros, cláusulas de não ressarcimento ou não liberação do valor dado em garantia de multas por descumprimento pactual;
- e) A validade da garantia deverá ultrapassar em 90 (noventa) dias a vigência do contrato de que trata o item 15 deste Termo de Referência;
- f) A garantia somente será liberada após o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO (art. 124).

Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer fatos estipulados no artigo 124, da Lei 14.133/21, devidamente comprovado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO (arts. 137 a 139).

A CONTRATANTE poderá rescindir o presente Contrato, unilateralmente, de acordo com o previsto nos Artigos 137 a 139 da Lei Federal 14.133/21.

01. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

02. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

03. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

02. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

- a) Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- b) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- c) Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



05. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido;
06. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
07. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
08. Indenizações e multas.
09. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO LIVRE ACESSO

Em atendimento a portaria interministerial 424/2016,

“Art. 43. Os contratos celebrados à conta dos recursos dos instrumentos deverão conter cláusula que obrigue o contratado a conceder livre acesso aos documentos e registros contábeis da empresa, referentes ao objeto contratado, para os servidores do órgão ou entidade pública concedente e dos órgãos de controle interno e externo”.

§ 1º - O contratado concede livre acesso aos servidores do (controle externo e interno), documentos e registros contábeis da empresa, referentes ao objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO (art. 117).

Na forma do que dispõe o artigo 117 da Lei 14.133/21 e alterações, cabe ao Município, a seu critério, através da, exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as fases de execução e entrega dos materiais ora licitados, sem prejuízo da obrigação deste de fiscalizar seus empregados, prepostos ou subordinados.

§ 1º - A Contratada declara aceitar integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pelo município.

§ 2º - A existência e a atuação da fiscalização do Município, em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada no que concerne à execução e entrega dos materiais ora licitados, e às suas consequências e implicações próximas ou remotas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO (art. 89).

Fica este Contrato vinculado ao Edital do Pregão Eletrônico nº 71/2026, e a proposta de preços constante no Processos nº 0940/2026, e as disposições da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO (art. 92).

As partes contratantes elegem o Foro do Município de Vilhena, como único competente para dirimir as questões que porventura surgirem na execução do presente Contrato, com renúncia expressa por qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



E, por estarem assim justos e contratados, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus efeitos legais e jurídicos.

Chupinguaia/RO _____ de _____ de 2026.

Pela Contratante:

Pela Contratada:

Prefeito Municipal

**Nome do Responsável
Função**

**Nome do Responsável
Secretário Municipal**

TESTEMUNHAS:

Visto:

Procurador Geral.



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 33-2026.

PROCESSO Nº 940/2026.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 71/SRP/2026.

No dia _____ de _____ de _____, no Município de Chupinguaia/RO, inscrito(a) no CNPJ 01.587.887/0001-29, com sede à Avenida vinte e sete, nº 1133 – CEP: 76.990-000, Chupinguaia-RO neste ato legalmente representado por **WESLEY WANDERLEY DA COSTA GONÇALVES**, portador do CPF nº **023.856.642-08**, RESOLVE, registrar preços para eventual aquisição em face da apresentação da(s) proposta(s) da(s) empresa(s) abaixo qualificada(s):

EMPRESA DETENTORA DO CERTAME

Empresa: _____
Inscrita no CNPJ: _____
Representante: _____
Qualificação: _____
Telefone: (____) _____
E-mail: _____
Endereço: _____
CEP: _____

Item:	Quantidade:	Unidade:	Marca:	Modelo:	Preço Unitário:	Valor Total:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Futura e eventual contratação de empresa especializada para fornecimento, instalação, configuração, testes, comissionamento e manutenção preventiva de sistema de monitoramento eletrônico integrado, e assim atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS, de acordo com todas as especificações técnicas descrita neste Edital **com fundamentação legal na Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal, nº 2736 de 16 de janeiro de 2024.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- Os registros de preços no âmbito do Município de Chupinguaia, Estado de Rondônia encontram-se regulamentados pelo Decreto Municipal nº 2736/2024.
- O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, fixado no art. 84, da Lei nº 14.133/21.
- Será permitido o aditamento dos quantitativos consignados na Ata de Registro de Preços em favor do órgão ou entidade beneficiário originalmente, porém limitado a 25%, calculados sobre o valor inicial atualizado do contrato, na forma do art. 125, da Lei nº 14.133/21, desde que obedecida as previsões legais do **DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023 e suas alterações.**



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



- d) As aquisições ou as contratações adicionais de que trata este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e aos órgãos participantes.
- e) As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador ou órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que vierem a aderir à ata.

01.1 - DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES (IN 6, DE 25 DE JULHO DE 2014 E ART. 27 DEC. 11.462/23).

a) Nas Atas de Registro de Preços, as quantidades previstas para os itens com preços registrados poderão ser remanejadas pelo órgão gerenciador entre os órgãos participantes e não participantes do procedimento licitatório para registro de preços, em conformidade com a IN. 06/2014 e disposto no Art. 27 Decreto nº 11.462/2023, desde que obedecidas a prerrogativas legais dos Referidos Instrumentos Legais.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS QUANTITATIVOS

1. A quantidade estimada para contratação deverá ser considerada em termos aproximados, observando a determinação contida no art. 86, § 4º, da Lei Federal nº 14.133/21, apenas quanto aos acréscimos.
2. A existência de preços registrados não obriga o Município de Chupinguaia, Estado de Rondônia a firmar as contratações que deles poderão advir sendo-lhe facultada a realização de licitações específicas para aquisição do objeto, assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA QUARTA – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

1. O registro de preços formalizado na presente ata terá a validade de 12 (doze) meses, contado da data da publicação na Imprensa Oficial do Município, conforme previsto no caput, do art. 84 da Lei Federal 14.133/21.
2. Durante o prazo de validade do registro, a Administração não será obrigada a adquirir exclusivamente por seu intermédio, os objetos referidos na Cláusula II, podendo se utilizar, para tanto, de outros meios de aquisição, desde que permitidos em lei, sem que desse fato caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora, conforme previsto no art. 83 da Lei Federal 14.133/21.
3. No ato da prorrogação da vigência da ata de registro de preços, poderá haver a renovação dos quantitativos, até o limite do quantitativo original, ainda deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo, conforme enunciado CJF 42/2023 e no disposto no Art. 182. do Decreto Municipal 2736/2024.

CLÁUSULA QUINTA – DA ADMINISTRAÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



Caberão ao Pregoeiro e sua equipe de apoio, nos termos do Decreto Municipal nº 22/2025 e o Decreto 23/2025, a administração e o gerenciamento da presente ata, que disciplina o Sistema de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA – DA UTILIZAÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. É vedada a utilização desta Ata pelos demais órgãos da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, salvo após autorização expressa da Administração.
2. A Adesão ao presente Registro de Preços fica condicionada ao atendimento das determinações do Município de Chupinguaia, Estado de Rondônia consolidadas nos autos.
3. Os pedidos de adesão deverão observar o atendimento prévio ao regulamento acima mencionado, e encaminhado à Comissão de Implantação do sistema de Registro de Preço.

CLÁUSULA SETIMA – DO PREÇO E RESERVA ORÇAMENTARIA

1. O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é aquele registrado no certame e estabelecido na Cláusula III deste instrumento, e não poderá ultrapassar o valor total Adjudicado.
2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata será observada a compatibilidade dos preços registrados com aqueles praticados no mercado, conforme especificações técnicas e condições constantes do Edital Pregão, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

3. A PARTICIPANTE PODERÁ AINDA UTILIZAR ORÇAMENTO MESMO QUE NÃO ESTEJAM PREVISTO NESTE.

4. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92)

5. O valor orçado para a contratação visada no presente Termo de Referência constará de Quadro Resumo de Preços elaborado pelas demandantes, elaborado com base em orçamentos recebidos de empresas especializadas, em pesquisas de mercado e mediante consulta a contratos e atas de registro de preços firmados por órgãos públicos, disponibilizados em suas páginas na internet ou em bancos de preços.
6. A despesa decorrente de eventual contratação correrá por conta dos recursos consignados as Secretarias Municipais/orgãos Participante e não Participantes, pela Lei Orçamentária Anual do Município de Chupinguaia, o que englobará Recursos Livres, e Recursos Vinculados tanto Estaduais quanto Federais, onde a demandante deverá demonstra para pedido e emissão de empenho e confecção de contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DO DIREITO E RESPONSABILIDADE DAS PARTES (art. 55, inciso VII e XIII E ART 56).

1.1 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E GARANTIA

Conforme o estabelecido no Item 12 do Termo de Referência – Anexo I do Edital.

1.2 DA GARANTIA DOS PRODUTOS

Conforme o estabelecido no sub-item 12.8 do Termo de Referência – Anexo I do Edital.



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



1.3 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Conforme o estabelecido no Item 13 do Termo de Referência – Anexo I do Edital.

CLÁUSULA NONA – DA EXECUÇÃO, RECEBIMENTO E FORNECIMENTO

Conforme o estabelecido nos itens 07 e 08 do Termo de Referência – Anexo I do Edital.

CLÁUSULA DECIMA – DO PAGAMENTO

- a) O pagamento será efetuado em parcela única, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pelo Contratado, à vista da fatura/nota fiscal por ele apresentada, devidamente certificada, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes, observada ainda a ordem cronológica de sua exigibilidade.
- b) O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias consecutivos, contados a partir da apresentação da fatura/nota fiscal.
- c) Deve acompanhar a fatura toda documentação necessária à comprovação de que o contratado mantém-se regular em todas as condições previstas para habilitação no certame.
- d) O pagamento somente será efetuado se houver o aceite/certificação do Fiscal do Contrato e Comissão de Recebimento na fatura/nota fiscal e a documentação da empresa estiver regular. Se a fatura/nota fiscal não for apresentada ou for apresentada em desacordo ao contratado, com irregularidades ou ainda se a documentação da empresa estiver irregular, o prazo para o pagamento será interrompido até que a Contratada providencie as medidas saneadoras necessárias a sua regularização formal, não implicando qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Chupinguaia.
- e) Saneadas a irregularidades, o prazo será contado do início a partir da data de protocolo da comunicação escrita da regularização das falhas e omissões pelo contratado.
- f) Considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data de emissão da ordem bancária.
- g) A nota fiscal ou nota fiscal-fatura deverá ser entregue na sede do Contratante, aos cuidados do responsável pela Secretaria contratante.
- h) O Contratante poderá sustar o pagamento de qualquer fatura, no todo ou em parte, nos casos de:
 - I – Existência de qualquer débito para com o Contratante; e
 - II – Execução do objeto em desacordo com as condições contratadas.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

1. O não cumprimento do objeto do Contrato, e das demais cláusulas, implicará na aplicação de sanções a CONTRATADA, nos termos dos artigos 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/21.

1.1 As sanções de que trata o “caput” desta cláusula, poderão ser das seguintes naturezas:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Rescisão do Contrato;



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura de Chupinguaia, por um prazo não superior a dois anos;

e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração os prejuízos causados, após, decorrido o prazo da sanção aplicada.

f) Multa de mora de 0,05% sobre o valor do contrato, por dia de atraso na entrega do objeto, salvo comprovadamente justificado pela contratada e aceito pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal. Ultrapassado esse prazo, a contratada ficará sujeita, ainda, à multa correspondente a 2% do valor do contrato.

2. O valor da multa aplicada por ocasião do descumprimento do presente contrato será descontado do pagamento e quando for o caso; cobrada judicialmente.

3. As sanções previstas nas alíneas “a”, “b”, “c”, “d” e “e”, poderão ser aplicadas cumulativamente com a alínea “f”, facultado a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

4. Ficam asseguradas as condições também estabelecidas no termo de referência mesmo não estando elencadas neste.

1. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS FISCALIZAÇÃO E GARANTIA CONTRATUAL (Lei Federal nº 14.133/21, arts. 156 e 157 e in 05/2017)

- a) Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, a CONTRATADA que deixar de cumprir com o previsto no Instrumento Contratual, ressalvado a hipótese de forma maior e caso fortuito, sofrerá as seguintes sanções:
- b) Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 155, I, II e III, da Lei nº 14.133/21, pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 2% (dois por cento) sobre o valor do instrumento contratual.
- c) Se a adjudicatária recusar-se a retirar o instrumento contratual injustificadamente ou se não apresentar situação regular na ocasião dos recebimentos, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 2% (dois por cento) sobre o valor adjudicado.
- d) A licitante, adjudicatária ou contratada que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o instrumento contratual, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do instrumento contratual, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida a prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado e Prefeitura Municipal de Chupinguaia, e será descredenciado no Cadastro de Fornecedores Estadual, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.
- e) A multa, eventualmente imposta à Contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber da CONTRATANTE, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, será deduzido da garantia. Mantendo-se o insucesso, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa, podendo, ainda a Administração proceder à cobrança judicial.



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA

Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



- f) As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária ou contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração.
- g) De acordo com a gravidade do descumprimento, poderá ainda a licitante se sujeitar à Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na legislação vigente.
- h) A sanção denominada “Advertência” só terá lugar se emitida por escrito e quando se tratar de faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação, cabível somente até a segunda aplicação (reincidência) para a mesma infração, caso não se verifique a adequação da conduta por parte da Contratada, após o que deverão ser aplicadas sanções de grau mais significativo.
- i) São exemplos de infração administrativa penalizáveis, nos termos da Lei nº 14.133: a) Inexecução total ou parcial do contrato; b) Apresentação de documentação falsa; c) Comportamento inidôneo; d) Fraude fiscal; e) Descumprimento de qualquer dos deveres elencados no Edital ou no Contrato.
- j) As sanções serão aplicadas sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que possa ser acionada em desfavor da Contratada, conforme infração cometida e prejuízos causados à administração ou a terceiros.
- k) À contratada que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir os preceitos legais (ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados e comprovados), aplicar-se-ão as penalidades prescritas na Lei Federal nº 14.133/21 e demais normas cogentes conforme a natureza e gravidade da falta cometida e sem prejuízo de outras sanções pertinentes à espécie.
- l) A aplicação de quaisquer das penalidades previstas não impede a Rescisão Contratual.
- m) A aplicação das penalidades será precedida da concessão de oportunidade para exercício da ampla defesa e do contraditório, por parte do contratado, na forma da lei.

1.1 DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- a) A fiscalização será exercida no interesse da Administração e não exclui nem reduz a responsabilidade da licitante vencedora, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos;
- b) O fornecimento dos produtos será supervisionado, fiscalizado e atestado pelo **Secretário Municipal de cada órgão participante** e Fiscais do contrato designados para tal finalidade, observando-se o exato cumprimento de todas as cláusulas e condições decorrentes do contrato celebrado, anotando, inclusive em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do mesmo, determinando o que for necessário à regularização das falhas observadas, como prevê o artigo 117 da Lei 14.133/21.
- c) A fiscalização da contratação será exercida pelo Secretário Municipal responsável pela pasta das participantes, ou por outro representante designado pela Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.
- d) A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e,



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

1.2 DA GARANTIA CONTRATUAL

- a) A Licitante vencedora do certame poderá, a critério da **Prefeitura Municipal de Chupinguaia**, prestar garantia relativa ao percentual de 5% (cinco por cento) do seu valor total no ato de assinatura do instrumento contratual, conforme disposto no Art. 98, da Lei 14.133/21, em uma das modalidades definidas no §1º.
- b) A Contratada deverá apresentar a Garantia no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data de assinatura do instrumento contratual.
- c) A garantia oferecida deverá permanecer íntegra ao longo de toda execução do contrato. Caso seja utilizada para caucionar os interesses da **Prefeitura Municipal de Chupinguaia**, a Contratada deverá apresentá-la em 48h (quarenta e oito) horas, nos exatos termos inicialmente pactuados;
- d) Fica vedado à Contratada pactuar com terceiros, cláusulas de não ressarcimento ou não liberação do valor dado em garantia de multas por descumprimento pactual;
- e) A validade da garantia deverá ultrapassar em 90 (noventa) dias a vigência do contrato de que trata o item 15 deste Termo de Referência;
- f) A garantia somente será liberada após o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

1. Os preços informados pelo licitante vencedor em sua proposta serão fixos e irrevogáveis durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.

1.1. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de fatos e de normas aplicáveis à espécie, nos termos previstos no art. 124 da Lei Federal 14.133/21 e art. 11 da Resolução Administrativa 31/TCERO-2006.

2 DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

- a) De acordo com o artigo 65, inciso II, alínea d esclarecemos que poderá ser revisto a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do objeto contratado, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.
- b) Os preços permanecerão, em regra, invariáveis pelo período de 12 (doze) meses, salvo quando houver disciplinamento diverso oriundo da legislação vigente;
- c) O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado;
- d) Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Prefeitura de Chupinguaia convocará a empresa beneficiária da presente Ata visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- e) Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;
- f) Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e a empresa, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



Prefeitura de Chupinguaia a liberará do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, desde que a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento.

- g) Os preços informados pelo licitante vencedor em sua proposta serão fixos e irrevogáveis durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.
- h) Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de fatos e de normas aplicáveis à espécie, nos termos previstos no art. 124 da Lei Federal 14.133/21 e art. 11 da Resolução Administrativa 31/TCERO-2006 e em consonância com o Decreto Federal de n. [11.462/2023](#).

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito:

1.1. pela Administração, quando:

1.1.1. O licitante vencedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

1.1.2. O licitante vencedor der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente da presente Ata de Registro de Preços;

1.1.3. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, sendo frustrada a negociação para redução dos preços avençados;

1.1.4. Por razões de interesse públicas, devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

1.2. Pelo licitante vencedor quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços;

1.2.1. A solicitação para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades mencionadas nesta ata, caso não aceitas as razões do pedido.

2. A comunicação do cancelamento do preço registrado pela Administração será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que originaram esta Ata.

2.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do licitante vencedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial dos Municípios de Rondônia, por 2 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

CLÁUSULA DECIMA QUARTA – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DOS PRODUTOS

A contratação do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas pela Comissão de Implantação do Sistema do Registro de Preço.

CLÁUSULA DECIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Integra esta Ata o edital de **Pregão Eletrônico nº. 71/2026**, a proposta da empresa vencedora que esta subscreve, bem como todos os demais elementos do **Processo nº 940/2026**.

2. A eficácia da validade da presente Ata de Registro de Preços dar-se-á pela HOMOLOGAÇÃO do resultado da licitação que a originou, Pregão Eletrônico nº. 71/2026, pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito de Chupinguaia, Estado de Rondônia.



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



3. E, por estarem de acordo lavram o presente instrumento, que lido e achado conforme, vai assinado pelas partes.

Chupinguaia – RO, _____ de _____ de 2026.

WESLEY WANDERLEY DA COSTA
GONÇALVES
Prefeito de Chupinguaia
Gestão 2025 a 2028.

EMPRESA VENCEDORA
CNPJ:



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 71/2026/SRP.

MODO DE DISPUTA ABERTO

A Prefeitura de Chupinguaia – RO, através do Pregoeiro, devidamente autorizado pelo Decreto Municipal nº 23 de 06 de janeiro de 2025, torna público que realizará Licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICO**, do tipo **Menor Preço Por Lote**. Nos termos da Lei Federal nº 14.133/21 e Decretos regulamentares, que tem como objeto a Formação do **Registro de Preços**, pelo prazo de 12 (doze) meses, para Futura e eventual contratação de empresa especializada para fornecimento, instalação, configuração, testes, comissionamento e manutenção preventiva de sistema de monitoramento eletrônico integrado, e assim atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS. Processo Administrativo nº **940/2026**. Valor total de R\$: 222.614,29 (duzentos e vinte e dois mil, seiscentos e quatorze reais e vinte e nove centavos). Data para recebimento de proposta às **08:00** horas do dia **18 de junho de 2026**; data de início da sessão pública: às **09:00 horas do dia 06 de julho de 2026**; horário de Brasília – DF, local www.licitanet.com.br “acesso identificado no link - licitações”. Informações Complementares: O Edital encontrar-se-á a disposição dos interessados no site supracitado e também no Portal da Transparência www.chupinguaia.ro.gov.br, maiores informações através do telefone (69) 3346-1460.

Publique-se!

CHUPINGUAIA, 16 de junho de 2026

SINDOVAL GONÇALVES
Pregoeiro



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA

Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



À
PROCURADORIA

Senhor (a) Procurador (a)

Solicito a Vossa Senhoria, proceder com análise prévia dos atos praticados no Edital do Pregão na sua forma Eletrônica n.º 71/2026, e seus anexos, juntamente com a Minuta do Contrato.

Após análise e parecer, solicito a devolução deste para darmos prosseguimento aos trâmites licitatórios.

Em, 16 de junho de 2026

SINDOVAL GONÇALVES
Pregoeiro